



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Resistência dos trabalhadores na Era Vargas (1930-1945):
Uma proposta de site educativo para o ensino de História**

Arlen Luan Nascimento da Silva

Brasília
2025

Arlen Luan Nascimento da Silva

**Resistência dos trabalhadores na Era Vargas (1930-1945):
Uma proposta de site educativo para o ensino de História**

Trabalho de Conclusão de Curso (Material Didático) apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

Brasília

2025

RESUMO

Esta monografia trata do site educativo “Resistência dos trabalhadores na Era Vargas (1930-1945)”, um material didático digital elaborado para alunos do 9º ano do ensino fundamental, e que pretende reverberar as vozes dos trabalhadores silenciados ou marginalizados pela historiografia tradicional, destacando a pluralidade e diversidade de suas experiências históricas. Alinhado às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História, este material propõe a utilização de fontes históricas como recursos pedagógicos, a fim de promover o letramento básico e o pensamento histórico/crítico dos estudantes. Nesta monografia apresentam-se também orientações para os professores aplicarem este material em sala de aula e um memorial detalhando sobre o processo de elaboração do site, ressaltando a sua fundamentação em rigorosa pesquisa historiográfica e de fontes históricas documentais, além de leituras teórico-metodológicas no campo do ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores; Era Vargas; site educativo; fontes históricas; ensino de História.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. MATERIAL DIDÁTICO	08
2. GUIA METODOLÓGICO PARA APLICAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	40
3. MEMORIAL	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

Esta monografia apresenta o site educativo intitulado “Resistência dos Trabalhadores na Era Vargas (1930-1945)”, desenvolvido por nós para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Este material didático digital foi criado gratuitamente na plataforma WIX e está disponível em <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1>, podendo ser acessado tanto em desktops quanto em dispositivos móveis, visando garantir acessibilidade e atender às diferentes realidades dos estudantes da educação básica brasileira. Por meio da análise de fontes históricas extraídas de reclamações trabalhistas do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), o material busca promover um ensino de história crítico, dinâmico e atento às necessidades do processo de ensino-aprendizagem.

A escolha do formato digital para o material didático visa explorar as potencialidades educativas do ambiente virtual, contribuindo com a introdução de novas tecnologias que vem complementando e enriquecendo os processos de ensino e aprendizagem da História nas escolas brasileiras (BITTENCOURT, 2009). O site foi planejado para oferecer uma interface intuitiva, com recursos que facilitam a navegação dos estudantes, além de ser adaptável às necessidades de diferentes dispositivos. Essa abordagem busca não apenas integrar as novas tecnologias à sala de aula, mas também democratizar o acesso ao conhecimento histórico, considerando as desigualdades estruturais que ainda permeiam o sistema educacional brasileiro (SCHNEIDER; LEON, 2019).

O tema da resistência dos trabalhadores durante a Era Vargas reflete a necessidade de romper com narrativas tradicionais que frequentemente silenciam as vozes das classes trabalhadoras ou as reduzem a meros receptores passivos das políticas estatais. Inspirado por avanços recentes da historiografia, este material didático elaborado enfatiza a representação dos trabalhadores como atores políticos significativos, capazes de negociar, resistir e reinterpretar as políticas impostas pelo Estado (FERREIRA, 1997). Dessa forma, o site educativo busca dar visibilidade a esses trabalhadores e suas experiências, utilizando fontes documentais preservadas em arquivos que evidenciam suas lutas por direitos e interações com o aparato estatal, ainda que em um contexto de repressão e controle autoritário.

Ao longo do processo de desenvolvimento do site educativo, a consulta a fontes históricas documentais foi essencial para estabelecer uma conexão direta entre os estudantes e as realidades vividas pelos trabalhadores da Era Vargas. As reclamações trabalhistas do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), preservados pela Coordenadoria de Gestão Documental e Memória (CGEDM) do Tribunal Superior do Trabalho (TST), integram o acervo físico da instituição, localizado em Brasília-DF. Além disso, esses documentos também estão disponíveis digitalmente por meio da plataforma AtoM, um software livre utilizado para promover o acesso às fontes históricas por pesquisadores, professores e demais interessados. Essas reclamações constituem o núcleo das fontes utilizadas neste trabalho, permitindo não apenas a análise de reivindicações individuais, mas também a identificação de padrões de resistência e enfrentamento por parte das classes trabalhadoras. Essa escolha foi motivada pela relevância pedagógica do uso de fontes em sala de aula, que possibilitam aos estudantes se engajarem em um processo investigativo, estimulando habilidades analíticas e críticas (BITTENCOURT, 2005).

A construção deste site educativo foi orientada pelas competências e habilidades de História previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2018), que enfatiza a importância de desenvolver nos alunos a capacidade de compreender os processos históricos a partir de múltiplas perspectivas, avaliar criticamente documentos e narrativas históricas, e estabelecer relações entre o passado e os desafios contemporâneos. Ao discutir temas como desigualdade, opressão e resistência, o material também propõe um diálogo sobre questões atuais, como o impacto das reformas trabalhistas e as lutas por direitos sociais, estabelecendo pontes entre a história e a cidadania. Ao trabalhar com fontes históricas, como as reclamações trabalhistas de figuras como Orosimbo Antônio, Maria Carolina Neiva Trigueiro e Laura Reis Simões Lopes, o material didático busca estimular nos estudantes uma leitura ativa e reflexiva, desafiando-os a interpretar criticamente as condições sociais, políticas e econômicas do período.

O site elaborado busca, portanto, contribuir com um ensino de História comprometido com a construção de um pensamento crítico e emancipador. Reconhecer o protagonismo dos trabalhadores da Era Vargas e sua capacidade de resistência e reivindicação, mesmo diante de um contexto de repressão e controle, é essencial para questionar as narrativas oficiais que frequentemente marginalizam as experiências das classes populares. Essa perspectiva amplia a visão dos estudantes sobre a história e os incentiva também a refletir sobre seu papel como agentes de transformação social.

Além disso, este material didático teve por base a minha experiência como bolsista no Subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da UnB, entre os anos de 2022 a 2024. Nas vivências de ensino de História, durante todo este período numa escola pública do DF, observei uma significativa dificuldade de letramento básico entre os estudantes de turmas do 9º ano do ensino fundamental, o que acabava por interferir nas aprendizagens da História. Assim, este trabalho busca não apenas ensinar história, mas também contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e interpretação de textos. De acordo com Isabel Solé (2014), a leitura vai além da decodificação de palavras, trata-se de um processo ativo no qual o leitor constrói significados, relaciona informações e reflete criticamente sobre o conteúdo apresentado. Essa abordagem é igualmente válida para o processo de ensino-aprendizagem da História, no qual o letramento histórico pressupõe a capacidade de ler e interpretar fontes documentais, compreender contextos e formular perguntas que conectem o passado às questões atuais. Dessa forma, o material didático elaborado propõe estimular nos estudantes uma leitura crítica e reflexiva do passado, indispensável tanto para a compreensão dos processos históricos quanto para sua atuação como cidadãos conscientes e críticos na sociedade. Nesse sentido, o material didático elaborado é resultado também das observações e reflexões que surgiram durante a minha experiência no PIBID, sobre a prática docente e o papel do ensino de História na formação de estudantes críticos, autônomos e conscientes de seu lugar na sociedade.

A presente monografia é composta por três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o site que hospeda o material didático. São exibidos prints das páginas que compõem o site, acompanhados de explicações sobre sua funcionalidade e organização. O segundo capítulo detalha a proposta pedagógica destinada aos docentes, incluindo um guia metodológico de aplicação do material em sala de aula. Desse modo, apresentados os objetivos, as competências alinhadas à BNCC, as estratégias didáticas sugeridas, bem como os materiais complementares necessários para enriquecer a experiência de aprendizagem. No terceiro capítulo, discute-se o processo de concepção e desenvolvimento do material didático, abrangendo desde a escolha do tema até a elaboração das atividades e do site. Dessa forma, o terceiro capítulo inclui um memorial reflexivo do autor, no qual são analisados os desafios encontrados, as decisões tomadas e os aprendizados adquiridos por nós durante o processo de elaboração do site.

1. MATERIAL DIDÁTICO

O site educativo “Resistência dos Trabalhadores na Era Vargas” foi elaborado no WIX, uma plataforma online de criação e edição de sites e está disponível num domínio personalizado, projetado para ser acessado gratuitamente tanto por desktops quanto por dispositivos móveis. Ao propor esse material didático em formato digital, buscamos promover o acesso diante das diversas realidades presentes nas instituições de ensino brasileiras.

A página inicial do site dá as boas-vindas aos estudantes e apresenta, de maneira clara, os objetivos gerais do material didático (IMAGEM 1 e 2). O texto introdutório destaca a importância do tema abordado, incentivando a reflexão dos alunos e preparando-os para as etapas seguintes. O botão “Iniciar leitura” localizado na parte inferior da página orienta o estudante a iniciar a leitura do texto didático.

Imagem 1 - Página inicial do site





Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1>.

Imagem 2 - Continuação da página inicial do site

A imagem que você vê acima, de trabalhadores marchando pelas ruas do Rio de Janeiro com faixas de apoio ao Estado Novo e a Getúlio Vargas no início dos anos 1940, pode sugerir um quadro de adesão incontestável ao regime. **Mas será que essa cena representa toda a complexidade das relações entre Estado e classe trabalhadora no período?** A aparente uniformidade de apoio esconde uma série de disputas, tensões e resistências que nem sempre aparecem nos livros didáticos.

Este material didático convida você a ir além da superfície das imagens oficiais. Por meio da análise de fontes históricas, vamos examinar a voz daqueles que foram, muitas vezes, silenciados pela historiografia tradicional. Trabalhadores que não apenas viveram sob o regime de Vargas, mas resistiram a ele utilizando os próprios canais institucionais criados pelo Estado. Prepare-se para mergulhar em histórias reais que desafiam a narrativa dominante. Ao analisar as fontes, você será provocado a refletir: **até que ponto essas manifestações públicas de apoio representavam consentimento? E o que revelam os documentos sobre as estratégias de enfrentamento e a luta por dignidade por parte dos trabalhadores?**

BEM VINDO!

Este espaço foi criado para você, estudante, com o objetivo de tornar o seu processo de aprendizagem em História mais dinâmico e interessante. Aqui, você explorará **as resistências e lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho** durante a Era Vargas e compreenderá como essas questões, relacionadas ao mundo do trabalho e à luta por direitos trabalhistas, impactam nossa sociedade hoje.

Prepara-se para uma jornada de descoberta e reflexão!

Ao clicar no ícone abaixo, você será redirecionado ao material didático.

Iniciar leitura

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1>.

Em seguida, os alunos são redirecionados para a página de leitura e reflexão do texto didático (IMAGEM 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16), que é apresentado de forma segmentada para facilitar a leitura. A organização visual é clara e acessível, com parágrafos bem espaçados e uma linguagem adequada. Ao final do texto, há o botão “Vamos lá!” que direciona os alunos para as atividades em grupo, promovendo a transição para a etapa prática do material.

Imagem 3 – Inicie a leitura! Página para leitura e reflexão do texto didático

Resistência dos Trabalhadores na Era Vargas

(1930 - 1945)

MATERIAL DIDÁTICO
ELABORADO PARA O 9º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL 2

Início **Leitura** Grupos

 **FUTURO
É AGORA**

Inicie a leitura!

Ao longo dos anos iniciais da República, se intensificou o desenvolvimento da atividade industrial brasileira, principalmente, nas áreas urbanas. Financiada pelos lucros obtidos com o desenvolvimento da economia cafeeira e contando com grande contingente de mão de obra imigrante. A vida desses trabalhadores era precária em razão dos baixos salários, da jornada de trabalho pesada e, para piorar, as condições de trabalho nas indústrias eram insalubres e, muitas vezes, perigosas. Os trabalhadores quase não tinham direitos trabalhistas e o custo de vida nas cidades era demasiadamente alto. Nesse contexto, os trabalhadores passaram a se mobilizar e se organizaram, sob inspiração das ideias comunistas e anarquistas, para lutar por melhores condições de vida. Em 1917, ocorreu a maior greve já registrada no Brasil até então, que demonstrou a força dos trabalhadores brasileiros e assustou as elites brasileiras.

A política adotada pelo governo em relação aos trabalhadores buscava diminuir a pressão vinda do movimento operário do início do século XX, que realizou greves importantes até meados da década de 1930 e levou a conquistas, como o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e a criação de um fundo para aposentadorias e pensões, no ano de 1923. Desse modo, a legislação trabalhista foi conquistada através da luta e dos esforços dos trabalhadores e da sociedade e não concedida por um Estado protetor ou como comumente é retratado: um “presente” do Estado aos trabalhadores.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 4 – Continuação do Inicie a leitura! Página para leitura e reflexão do texto didático

Sob a liderança de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, teve início um governo que reunia diferentes setores da sociedade brasileira, rompendo com o domínio das oligarquias paulistas e mineiras. Vargas recebeu o poder em caráter provisório, mas perpetuou-se no poder e permaneceu nele até 1945 ao atrair para si o apoio de uma heterogeneidade de forças, como os tenentes, grupos políticos civis e a classe média urbana. Todos tinham a expectativa de obter maior participação nas decisões governamentais.

As primeiras medidas de Getúlio Vargas foram suspender a Constituição em vigor; fechar o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e câmaras municipais; e nomear interventores para os Estados. Ele, ainda, criou novos ministérios: o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; assinou um decreto que reconhecia o direito de voto das mulheres, uma conquista do movimento feminista da época; e promulgou uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador, como a criação da carteira de trabalho, jornada de trabalho fixada em 8 horas, as férias remuneradas, regulamentou o emprego de mulheres e crianças, proibindo o trabalho no período noturno, em locais insalubres e para menores de 14 anos e, posteriormente, criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), reunindo e organizando todas as normas trabalhistas em um único documento. Contudo, essas inovações beneficiavam sobretudo os trabalhadores urbanos das indústrias e dos serviços, deixando de fora os trabalhadores rurais, domésticos e informais, que permaneciam desprotegidos.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 5 – Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas antes de 1930.

Acidentes de Trabalho (1919)

Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas antes de 1930?



Acidentes de Trabalho (1919)

Em casos de acidentes no trabalho, o decreto nº 3.724 determinava que os patrões deveriam pagar indenizações aos trabalhadores ou às suas famílias, dependendo da gravidade das sequelas, como morte ou incapacidade para o trabalho. Além disso, os patrões eram obrigados a oferecer assistência médica e remédios. O decreto também exigia que os casos fossem resolvidos rapidamente na Justiça, mas excluía situações onde o trabalhador fosse considerado culpado ou o acidente fosse causado por fatores fora do controle de todos.

Foto de indústria de malharia, em São Paulo, nos anos 1920.
Fonte: Centro de Memória Virtual do TST da 7ª Região

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 6 – Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas antes de 1930.

Lei Eloy Chaves (1923)

Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas antes de 1930?

Lei Eloy Chaves (1923)

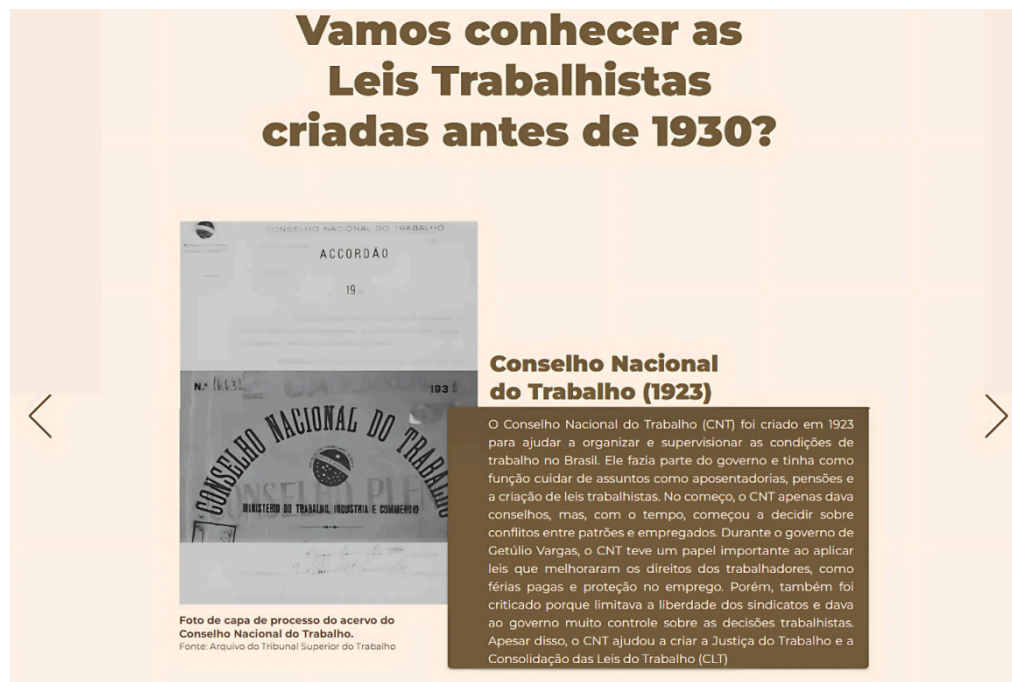
A Lei Eloy Chaves marcou o início da previdência social no Brasil. A norma estabeleceu critérios claros para aposentadoria, incluindo a possibilidade de aposentadoria aos 50 anos de idade, desde que o trabalhador tivesse contribuído por pelo menos 30 anos, além de prever aposentadoria por invalidez para aqueles que não pudessem mais exercer suas funções devido a condições médicas. A lei também criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), inicialmente vinculadas a cada empresa ferroviária. As CAPs não apenas geriam os recursos destinados às aposentadorias e pensões, mas também garantiam assistência médica aos trabalhadores segurados. Contudo, a implementação da lei enfrentou resistências por parte de empresas, que tentaram burlar as regras para evitar custos.



Caderneta de uma das contribuintes da caixa de aposentadorias e pensões da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.
Fonte: Senado Federal

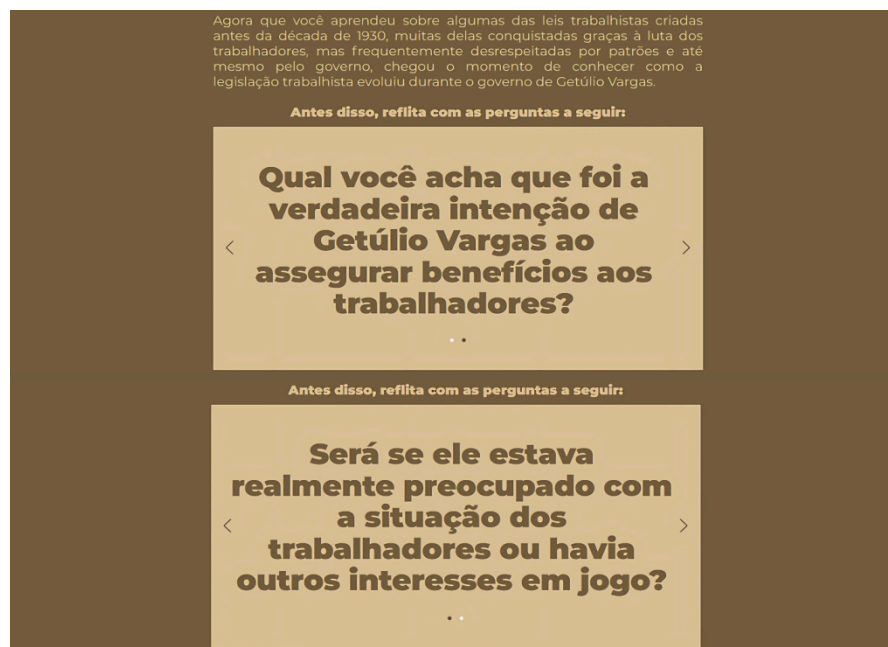
Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

**Imagem 7 - Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas antes de 1930.
Conselho Nacional do Trabalho 1923.**



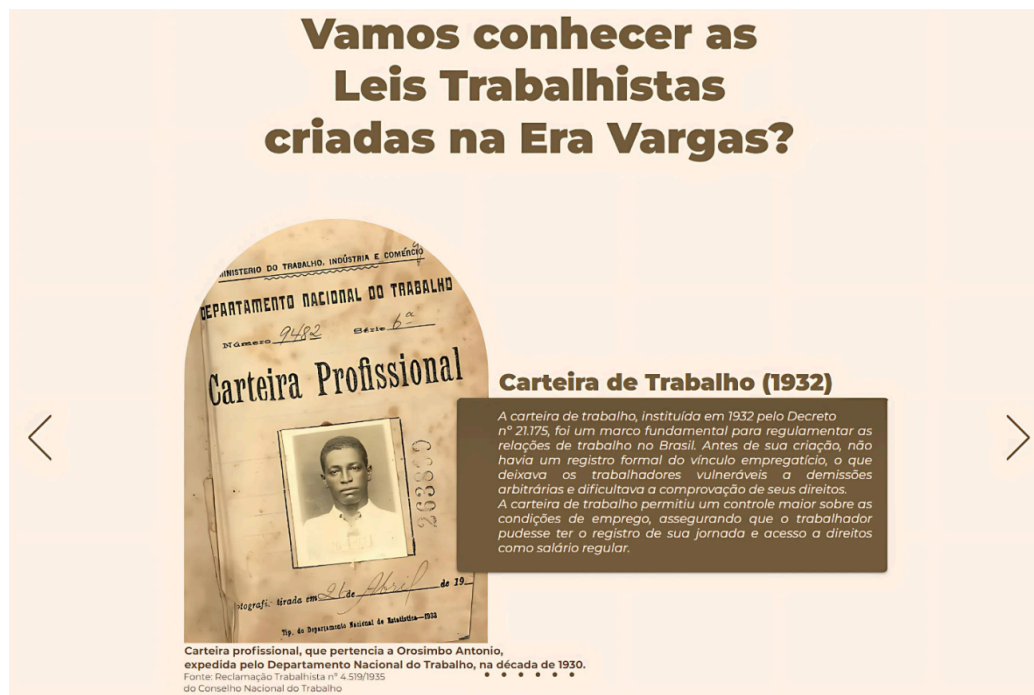
Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 8 – Perguntas para reflexão.



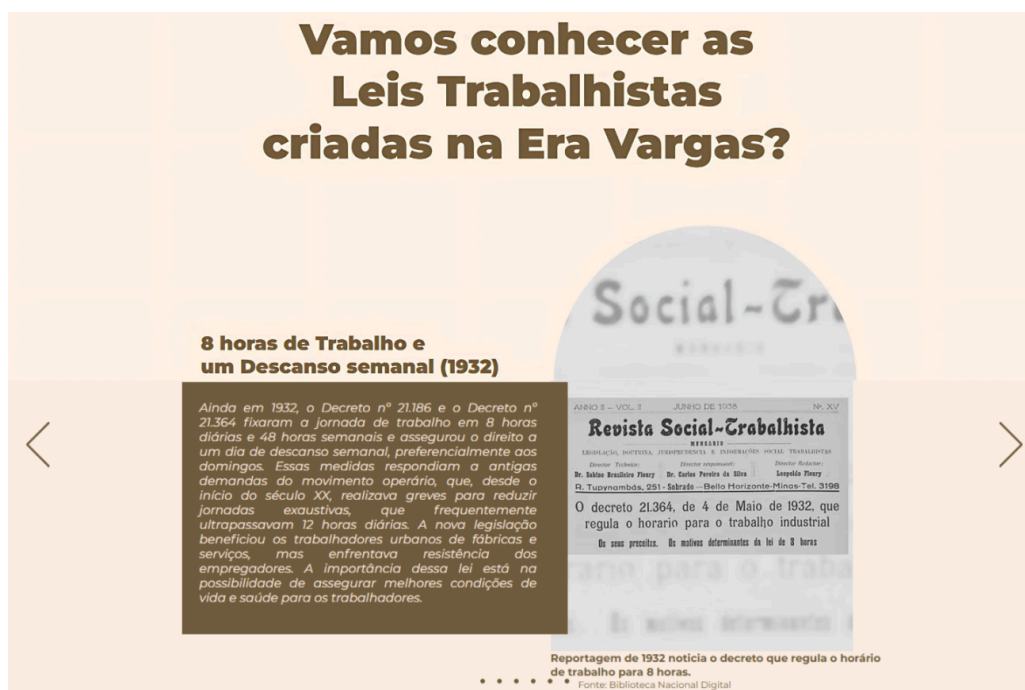
Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

**Imagem 9 – Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas.
Carteira de Trabalho (1932).**



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

**Imagem 10 – Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas.
8 horas de trabalho e um descanso semanal (1932).**



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 11 - Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas. Regulamentação do Trabalho Feminino (1932) e do Trabalho Infantil (1932).

Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas?



Regulamentação do Trabalho Feminino (1932)

Em 1932, o Decreto nº 21.186 trouxe garantias como a proibição do trabalho noturno e em condições insalubres para as mulheres, além de estabelecer a licença-maternidade de 84 dias, ainda que sem garantia de remuneração integral. Já a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, ampliou essas proteções, incluindo pausas para amamentação e a proibição de dispensas motivadas por gravidez. Antes dessas regulamentações, as mulheres enfrentavam jornadas de trabalho exaustivas, geralmente superiores a 12 horas diárias, recebiam salários muito inferiores aos dos homens e trabalhavam em ambientes insalubres, sem qualquer proteção legal.

Foto de mulheres trabalhando na Cia. de Charutos Dannemann, na década de 1930.
Fonte: Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 12 - Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas. Regulamentação do Trabalho Infantil (1932).

Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas?

Regulamentação do Trabalho Infantil (1932)

A regulamentação do trabalho infantil foi um marco importante na legislação trabalhista brasileira durante a Era Vargas. O decreto nº 22.042, de 1932, e a Constituição de 1934 estabeleceram que crianças menores de 14 anos não poderiam trabalhar, proibindo também o trabalho noturno e em ambientes insalubres para os menores. Antes dessas medidas, crianças eram amplamente exploradas em fábricas e minas, enfrentando jornadas longas e perigosas, sem qualquer proteção legal.

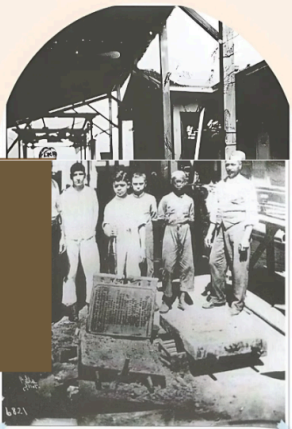
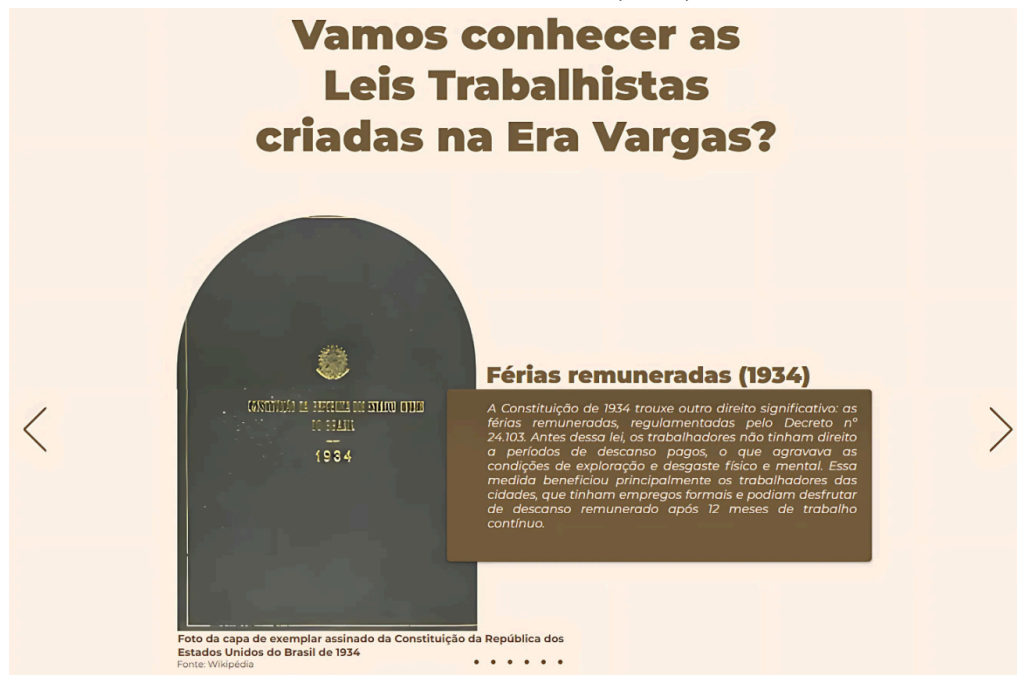


Foto de crianças e adolescentes operárias no Brasil, no início do século XIX.
Fonte: Blog do Mundo do Trabalho na Primeira República

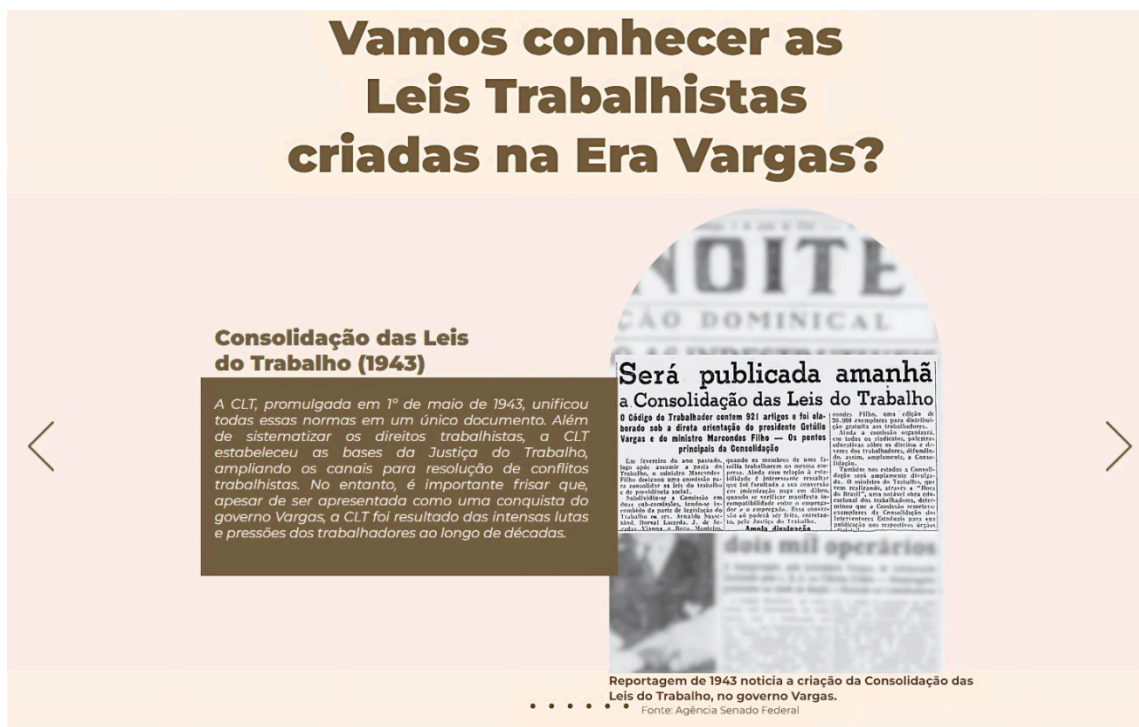
Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

**Imagem 13 - Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas.
Férias remuneradas (1934).**



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

**Imagem 14 - Vamos conhecer as Leis Trabalhistas criadas na Era Vargas.
Consolidação das Leis do Trabalho (1943).**



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 15 – Continue a leitura!

Continue a leitura!

Se, por um lado, o governo criou leis para regulamentar o trabalho, atendendo, em parte, às reivindicações do movimento operário, e buscando perpetuar a imagem de um país harmonioso e sem conflitos, por outro, controlava as relações entre patrões e empregados e, também, evitava qualquer manifestação de oposição ao governo. Esse controle foi reforçado pela criação de leis que subordinaram os sindicatos ao controle do Estado. Por isso, os sindicatos foram organizados de maneira que cada profissão e cada setor tivesse apenas um sindicato, que deveria seguir estritamente as diretrizes impostas pelo poder estatal. Embora a sindicalização não fosse obrigatória, o trabalhador só poderia se beneficiar dos direitos trabalhistas se estivesse ligado a um sindicato, o qual deveria ser reconhecido legalmente pelo Estado, e se possuísse carteira de trabalho.

A carteira de trabalho foi instituída pelo governo com a função de registrar a vida profissional do trabalhador, o qual deveria ser exemplar, e para garantir acesso aos direitos trabalhistas. Entretanto, também foi uma ferramenta de coerção pelo Estado. Portanto, através do controle exercido sobre os sindicatos e pela carteira de trabalho, o governo almejava conter as atividades dos trabalhadores, evitar greves e buscar silenciar a mobilização dos trabalhadores. Apesar da repressão e da violência policial, muitos trabalhadores resistiram a essas medidas. É importante destacar que os direitos trabalhistas, mesmo quando formalizados, não eram universais. Trabalhadores domésticos e rurais, por exemplo, foram amplamente excluídos, e os direitos foram restritos aos trabalhadores urbanos de profissões reconhecidas e regulamentadas pelo Estado.

Para consolidar ainda mais seu controle, o governo criou a Justiça do Trabalho, que tinha como tarefa mediar disputas entre patrões e empregados. No entanto, o que era prometido como uma conquista para a classe trabalhadora, na verdade, servia principalmente para garantir que qualquer conflito não ameaçasse a estabilidade do regime. O acesso à Justiça do Trabalho também era limitado à trabalhadores filiados a sindicatos oficiais e que possuíssem carteira de trabalho assinada. Como se dizia na época, “**só quem tem ofício, tem benefício**”, o que reforçava a autoridade estatal sobre a classe trabalhadora e a exclusão daqueles que não possuíam profissões regulamentadas ou não se alinhavam à ordem estabelecida pelo governo.

Entretanto, a partir de agora, nosso foco não se limitará a relatar a opressão e o controle exercido pelo governo de Getúlio Vargas. Buscaremos dar voz e protagonismo à classe trabalhadora, frequentemente retratada de forma passiva e incapaz de compreender sobre sua própria realidade social. Na verdade, esses trabalhadores eram atores ativos no processo político, buscando soluções governamentais para os problemas que enfrentavam. Para isso, analisaremos processos trabalhistas da década de 1930, pertencentes ao Conselho Nacional do Trabalho. Por meio dessas fontes históricas, vamos analisar a realidade social desses trabalhadores, como eles usaram suas habilidades para expressar suas opiniões, fazer críticas e exigir avanços na legislação trabalhista. Assim, embora os trabalhadores das décadas de 1930 e 1940 possam ter aceitado o discurso dominante do poder estatal e suas formas autoritárias, isso não os impediu de contornar essa dominação e buscar soluções que atendessem aos seus interesses.

Agora que você concluiu a leitura, é hora de colocar em prática o que aprendeu!

Para aprofundarmos nossa compreensão da realidade dos trabalhadores da década de 1930, realizaremos uma atividade em grupo. A turma será dividida em três grupos, e cada grupo irá analisar um conjunto específico de fontes históricas provenientes do acervo do Conselho Nacional do Trabalho. Essas fontes, documentos autênticos, revelam as demandas, os desafios e as estratégias adotadas pelos trabalhadores ao longo desse período.

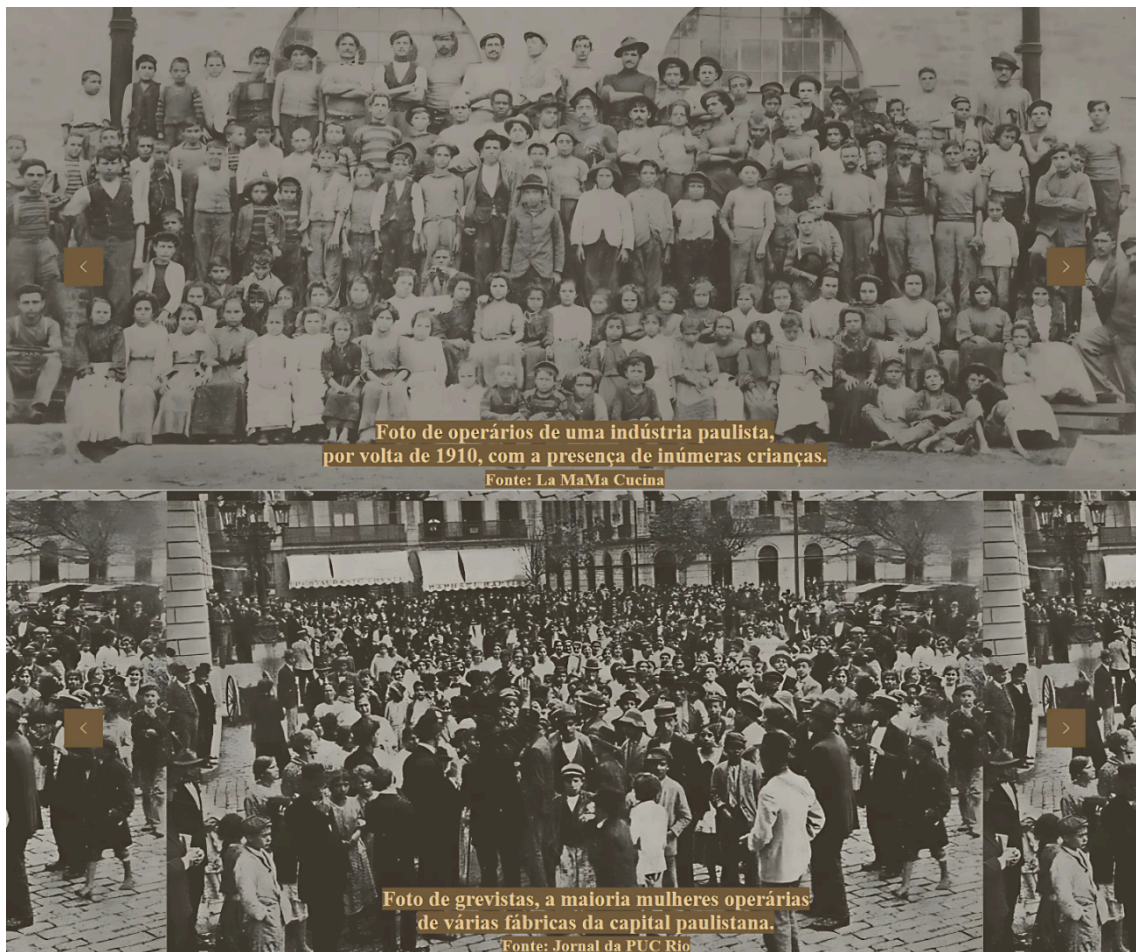
Clique no botão abaixo para ser redirecionado à próxima página, onde você encontrará as instruções e as fontes para a atividade.

Prepare-se para explorar o passado e descobrir como esses trabalhadores participaram da história!

VAMOS LÁ! >

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Imagem 16 – Fotografias de operários de São Paulo.



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/about-6>.

Aqui, os alunos divididos em grupos encontram as orientações para a realização das atividades em grupos (IMAGEM 17, 18, 19 e 20). A página detalha os passos necessários para analisar e discutir a reclamação trabalhista do Conselho Nacional do Trabalho escolhida pelo grupo. Ao clicar na imagem, eles acessam a imagem ampliada da capa do processo. Os botões “Partiu” redirecionam para o conjunto de fontes históricas escolhidos pelo grupo.

Imagem 17 - Página para análise de fontes históricas em grupo.

Análise de Fontes Históricas

Agora é o momento de você e seus colegas mergulharem nas histórias reais dos trabalhadores brasileiros da década de 1930!

Nesta atividade, vocês serão divididos em três grupos, e cada grupo terá a oportunidade de analisar uma reclamação trabalhista apresentada ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Esses documentos são fontes históricas importantes que nos ajudam a entender a luta dos trabalhadores por melhores condições e direitos. Cada grupo irá estudar um caso específico e, a partir da análise, discutir as principais questões enfrentadas pelos trabalhadores na época. Vocês vão observar como eles usaram suas habilidades para se defender, expressar suas queixas e exigir avanços na legislação trabalhista. Essa atividade permitirá que vocês reflitam sobre a realidade social do período e façam conexões com o presente.

Escolha abaixo o grupo no qual você irá participar.

Cada grupo analisará uma reclamação trabalhista diferente, então prepare-se para fazer descobertas e compartilhar suas conclusões com a turma!



Reclamação Trabalhista nº 11.646/1933,
Conselho Nacional do Trabalho

Grupo 1 - M^a Carolina Neiva Trigueiro

Você irá analisar a reclamação de Maria Carolina, ex-funcionária da Caixa de Aposentadorias e Pensões, que, em 1933, reivindicava sua reintegração após ser demitida por não ter chegado a tempo de um parto.

PARTIU ➡



Reclamação Trabalhista nº 4.519/1935,
Conselho Nacional do Trabalho

Grupo 2 - Orosímbo Antônio

Vocês terão a oportunidade de analisar a reclamação de Orosímbo Antônio, que após 14 anos de trabalho foi demitido sem defesa, devido a acusações de furto e alcoolismo.

PARTIU ➡



Reclamação Trabalhista nº 9.510/1936,
Conselho Nacional do Trabalho

Grupo 3 - Laura Reis Simões Lopes

Vocês terão a oportunidade de analisar a reclamação de Laura Reis Simões Lopes, ex-funcionária demitida do Banco do Estado de São Paulo em 1936, após ser acusada pelo sindicato de envolvimento com atividades comunistas.

PARTIU ➡

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/atividade-em-grupos>.

Imagem 18 - Fonte histórica: CNT, processo de Maria Carolina Neiva Trigueiro.

L. N.º 11.646

1ª CAMARA

1933 *O. de F. Cavalle...*

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

11

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
ORDEN E PROGRESSO

Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio

2ª **SECÇÃO**

PROCESSO

Maria Carolina Neiva Trigueiro

Reclamação contra sua demissão da C.A.P. das L^{as} Light, Jardim Botânico e S.A. du Gaz.

ANNEXOS

11646

Combar...

CÓDIGO: LOCALIZAÇÃO: CAIXA: *044 MC04*

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/atividade-em-grupos>.

Imagem 19 - Fonte histórica: CNT, processo de Orosimbo Antonio.

4.519 1935

1ª CAMARA

4.519 1935

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MINISTERIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMMERCIO

CAMARA DE JUSTICA DO TRABALHO

1ª SECÇÃO

PROCESSO

O R O S I M B O A N T O N I O

Reclama contra a "THE LEOPOLDINA RAILWAY
COMPANY LIMITED"

ANNEXOS

Código: _____
Localização: _____
Caixa 038 Mc 04

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/atividade-em-grupos>.

Imagem 20 - Fonte histórica: CNT, processo de Laura Reis Simões Lopes.

N.º 9510 1936 52

9.5.10/36

29

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO

1ª SECÇÃO

PROCESSO

Laura Reis Simões Lopes

Reclama contra o
"Banco do Estado de S. Paulo".

ANNEXOS

DISTRIBUIÇÃO

Código:
Localização:
Caixa 168 Mc 26

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/atividade-em-grupos>.

O material disponibilizado ao Grupo 1 (IMAGEM 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27) apresenta trechos selecionados da Reclamação Trabalhista apresentada por Maria Carolina Neiva Trigueiro ao Conselho Nacional do Trabalho em 1933. Nessa reclamação, a trabalhadora solicita sua reintegração ao quadro de funcionários, argumentando ter sido demitida de forma injusta. Após a leitura e análise dos recortes fornecidos, os integrantes do grupo deverão debater as questões propostas no final da página e preparar uma breve apresentação sobre a interpretação realizada do material.

Imagem 21 - Página do grupo 1: o caso de Maria Carolina Neiva Trigueiro

Análise em Grupo

Agora é hora de analisar o caso de Maria Carolina Neiva Trigueiro, ex-funcionária da Caixa de Aposentadorias e Pensões, que, em 1933, reivindicava sua reintegração após ser demitida por não ter chegado a tempo de um parto.

Leia com atenção as instruções abaixo!

Instruções:

1. **Leiam e interpretem atentamente** os trechos da Reclamação Trabalhista de Maria Carolina Neiva Trigueiro, que foram retirados do processo pertencente ao Conselho Nacional do Trabalho.
2. **Discutam entre vocês** as circunstâncias da demissão, os direitos não garantidos a ex-funcionária Maria Carolina e as injustiças que esse caso revela.
3. **Lembrem-se de considerar o contexto social e trabalhista da época** ao avaliar o caso.
4. **Após realizarem uma análise cuidadosa, respondam às perguntas** propostas no final da página e **preparem uma breve apresentação** sobre suas conclusões.

Leia sobre o caso de
Maria Carolina Neiva Trigueiro

Os trechos abaixo foram extraídos de uma reclamação apresentada pela ex-funcionária Maria Carolina Neiva Trigueiro ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), no ano de 1933, na qual ele reivindicava sua reintegração à Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) da Companhia Light e Jardim Botânico S/A. Maria Carolina trabalhava como parteira da Caixa de Aposentadorias e Pensões, mas quando teve seus serviços solicitados, não conseguiu chegar a tempo do parto e foi demitida sob o pretexto de "desídia", ou seja, alegaram que a funcionária era preguiçosa por não ter executado seus deveres e, em outros momentos, dava desculpas por estar doente.

De acordo com o relato de Maria Carolina, ela foi chamada para um parto enquanto estava em outro plantão, mas não foi informada a tempo de chegar para o trabalho de parto, pois sua residência ficava a dez quilômetros de distância da casa da grávida, o que causou o seu atraso. No entanto, ao tomar ciência do caso, prontificou-se imediatamente a atender o parto e justificou que não deixava de exercer seu trabalho, exceto quando estava doente e tinha atestado médico. Com o apoio de advogados, ela alegou que foi demitida de maneira ilegal e injusta, já que a empresa não apresentou documentos que atestassem sua má atuação.

Apesar de ter tentado recorrer, o pedido de Maria Carolina foi desconsiderado, evidenciando a falta de infraestrutura adequada que a empresa deveria fornecer para a logística da funcionária e permite uma reflexão sobre a percepção negativa e estereotipada que está envolta da mulher no mercado de trabalho, ao associar a sua conduta à preguiça e não considerar as circunstâncias que levaram ao atraso no atendimento ao parto. Esse caso revela como o preconceito relacionado ao gênero era frequente nas relações de trabalho desse período, fazendo com que as mulheres fossem demitidas por motivos subjetivos ou acusações de má conduta. O Estado e os empregadores viam a mulher trabalhadora como uma ameaça à ordem social e, muitas vezes, utilizavam estratégias de controle e exclusão para reforçar essa visão.

O caso da parteira Maria Carolina exemplifica como a legislação trabalhista e os órgãos fiscalizadores da época não asseguravam boas condições para o trabalho das mulheres, mesmo em funções tradicionalmente ocupadas por elas. Ela ainda tentou se defender com base no caso de três médicas que passaram por situação semelhante e foram reintegrados aos seus cargos, mas não obteve sucesso. Apesar de Maria Carolina entrar com um processo no CNT reclamando da ilegalidade e da injustiça que caracterizavam sua demissão, ela não encontrou proteção na lei, já que na época somente era amparado pela legislação os empregados com mais de dez anos de serviço contínuo na mesma empresa, conhecido como estabilidade decenal, o que implicou a improcedência de sua reclamação. Porém, somente a partir da Constituição de 1934, foi contemplado o princípio da igualdade entre os sexos, passando a prever alguns direitos e garantias para as mulheres.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>.

Imagem 22 - Continuação da página do grupo 1: Maria Carolina Neiva Trigueiro

Análise as fontes históricas abaixo!

01. Trechos recortados da solicitação encaminhada por Maria Carolina Neiva Trigueiro ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1933.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
2ª SEÇÃO
PROCESSO INICIAL 11666/33
INFORMAÇÃO C. N. T. N.º

Maria Carolina Neiva Trigueiro, depois de sair do serviço da C.A.P. das Companhias Light e Jardim Botânico e S.A. DU GAZ, com a pretensão de se reclamar contra tal demissão, efetuada sob pretexto de medida econômica, rogando seja ela reintegrada no exercício das funções de 'parteira'.

O que está escrito?

"Maria Carolina Neiva Trigueiro 'despeitada' do serviço da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Empregados das Companhias Light e Jardim Botânico e S.A. du Goz, [...], reclama contra tal demissão efetuada em pretexto de medida econômica, rogando seja ela reintegrada no exercício das funções de 'parteira'."

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.

Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>

Imagem 23 - Continuação da página do grupo 1: Maria Carolina Neiva Trigueiro

02. Trechos recortados da justificativa de demissão da parteira Maria Carolina Neiva encaminhada pela Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light e Jardim Botânico e S.A. DU GAZ.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DAS COMPANHIAS LIGHT e JARDIM BOTÂNICO e S.A. DU GAZ
Sede: Praça 15 de Novembro, 42-3º andar - Telephone 3-0468
Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1933.-
Of. n.º 180/33

remeto a V.S. os inolusos documentos relativos á demissão da ex-parteira desta Caixa, D. Maria Carolina Neiva Trigueiro.

Como se verifica dos mesmos documentos, a demissão, de que se trata, foi motivada por desídia da funcionária e lavrada, unanimemente, pela Junta Administrativa, em sua sessão de 28 de Junho de 1932, sob a minha presidência.

03. Trecho recortado dos documentos utilizados para justificar a desídia da parteira Maria Carolina Neiva encaminhado pela Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light e Jardim Botânico e S.A. DU GAZ.

Presados Senhores:

Peço venia para levar ao conhecimento dessa Directoria que hontem, dia 21, as 15 horas e poucos minutos, pedi por telephone a assistencia duma parteira para minha esposa, D. Dorotea, ao posto Medico Central dessa Caixa que me prometteu attender. As 17 horas e 15 minutos a minha senhora deu a luz a uma criança, o que me obrigou a pedir soccorro a uma senhora alheia, que promptificou-se a fazer os serviços necessarios, visto que não havia ainda chegado a parteira da Caixa. Estes serviços prestados por esta Senhora mereceu naturalmente recompensa que ella estipulou em 40\$000. Considerando-se além de tudo o perigo a que estive

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.

Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>.

Imagem 24 - Continuação da página do grupo 1: Maria Carolina Neiva Trigueiro

04. Trecho recortado dos documentos utilizados para justificar a *desidia* da parteira *Maria Carolina Neiva* encaminhado pela Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light e Jardim Botânico e S.A DU Gaz.

Sobre os serviços de D. Maria Carolina Neiva Trigueiro, tenho a informar-vos que desde o dia da nomeação até a presente data, ella sómente attendeu a dois partos, sendo um a 15 de maio p.p. e o outro o que deu causa a reclamação.

Penso que se houvesse bõa vontade da referida parteira ou das pessoas de sua familia, que lhe deveriam ter comunicado o pedido por telephone, este chamado teria sido attendido com maior presteza.

D. Maria Carolina, solicitada diversas vezes para o serviço deixou de comparecer, ora allegando doença ora porque não estava em casa.

05. Trecho recortado do officio da parteira *Maria Carolina Neiva* encaminhado a Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light e Jardim Botânico e S.A DU Gaz, para justificar porque não conseguiu chegar a tempo do atendimento.

Tendo conhecimento por esta Directoria de não ter comparecido a um chamado para a Snra. de um associado em tempo, venho por meio desta provar a minha inculpebilidade.

Estendo de plantão, fiquei no Hospital S. Francisco de Assis, por ser mais central até tres e meia da tarde, quando sehi, avisando para a minha residencia, que caso a Caixa me chamasse dissesse que estava em caminho alli chegando, a pessoa da familia me comunicou que tinha sido chamada, o que attendi immediatamente; sendo a minha residencia em Botafogo e a Senhora morando na rua General Pedra, 200 e não tendo condução gastei portanto, 45 de viagem, nestas condições penso não ter conccorrido para prejudicar nem a Caixa nem o associado.

Ahi chegando, encontrei a creança nascida, tomei conta e ambas estão em bõas condições.

Rio, 24 de Junho de 1932

a) Maria Carolina Neiva Trigueiro

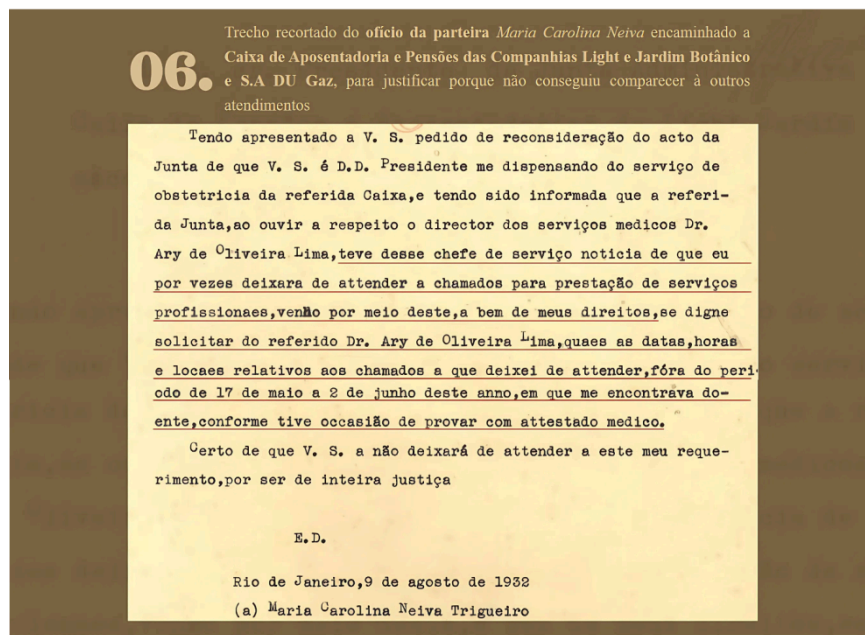
N.B.- A curiosa nada fez senão cortar o umbigo e mais nada.

A mesma.

Confere com o original.
Rio, 8/11/1933.
Horacio Lavente

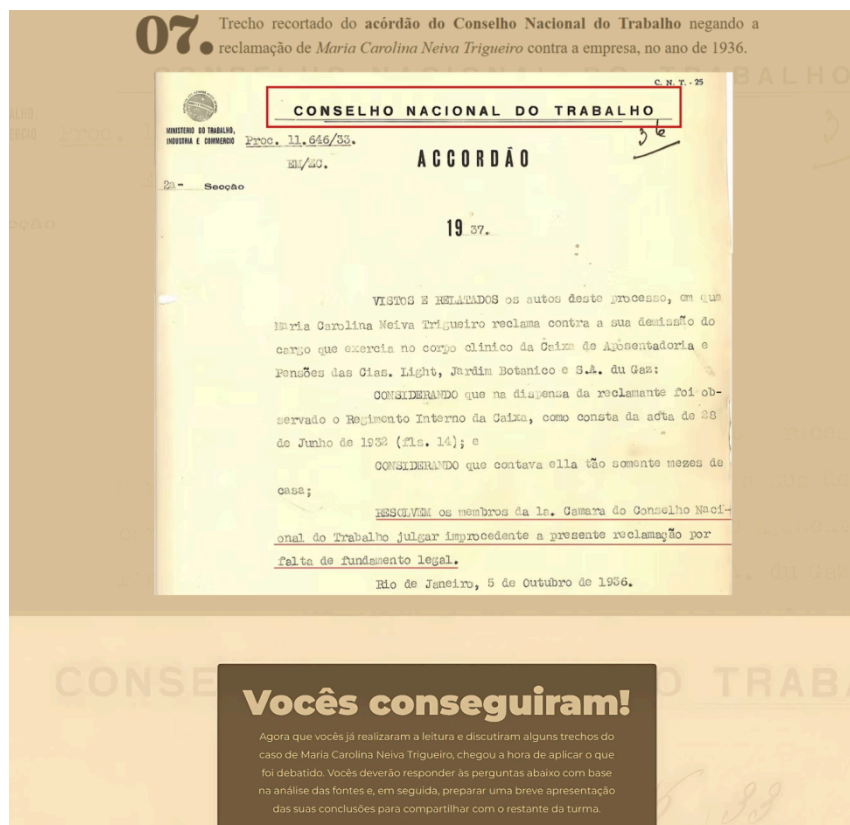
Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>.

Imagem 25 - Continuação da página do grupo 1: Maria Carolina Neiva Trigueiro



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>.

Imagem 26 - Continuação da página do grupo 1: Maria Carolina Neiva Trigueiro



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>.

Imagem 27 - Continuação da página do grupo 1: Questões.

Questões:

1. Por que a parteira Maria Carolina Neiva foi demitida pela empresa?
2. Como seria possível argumentar que o processo de demissão de Maria Carolina Neiva não foi justo?
3. As dificuldades enfrentadas pela parteira Maria Carolina Neiva mostram como as mulheres, desde o século XIX, enfrentaram injustiças no mundo do trabalho por causa do seu gênero. Analisando a reportagem da coluna de opinião "ECOIA", do site UOL, você concorda que essas situações de injustiça contra as mulheres ainda ocorrem nos dias de hoje? Por quê?

Fonte: UOL

Opinião

Mercado de trabalho ainda é desigual para as mulheres

Ana Lucia Melo* • Colaboração para Ecoia
27/03/2024 03h51

Seu time Seu signo Jogos Dólar + 6,104

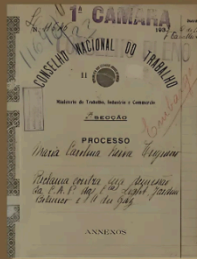
Clique aqui para acessar a matéria completa:
<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2024/03/27/mercado-de-trabalho-ainda-e-desigual-para-as-mulheres.htm>

Ainda restam dúvidas?

Material de Apoio ao Estudante

Clique no botão abaixo e tenha acesso a mais conteúdos sobre a Era Vargas.

Saiba mais



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio>.

Caso os estudantes optem pelo material disponibilizado ao grupo 2 (IMAGEM 28, 29, 30, 31, 32 e 33), eles terão a oportunidade de analisar trechos selecionados da Reclamação Trabalhista apresentada por Orosimbo Antônio ao Conselho Nacional do Trabalho, em 1935. Nesse documento, o ex-funcionário relata que sua demissão ocorreu de forma injusta e sem direito à defesa, após ser acusado de furto e alcoolismo. Após a leitura e análise dos recortes, o grupo será orientado a debater o caso com base nas perguntas disponibilizadas ao final da página. Em seguida, o grupo deverá preparar uma breve apresentação sobre as interpretações construídas durante o debate.

Imagem 28 - Página do grupo 2: o caso de Orosimbo Antonio

Análise em Grupo

Agora é hora de analisar o **caso de Orosimbo Antônio**, um ex-funcionário da Leopoldina Railway Company Limited que, em 1935, apresentou uma reclamação ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT) pedindo sua reintegração à empresa.

Leia com atenção as instruções abaixo!

Instruções:

1. **Leiam e interpretem atentamente** os trechos da Reclamação Trabalhista de Orosimbo Antonio, que foram retirados do processo pertencente ao Conselho Nacional do Trabalho.
2. **Discutam entre vocês** as circunstâncias da demissão, os direitos não garantidos ao ex-funcionário Antonio Orosimbo e as injustiças que esse caso revela.
3. **Lembrem-se de considerar o contexto social e trabalhista da época** ao avaliar o caso.
4. **Após realizarem uma análise cuidadosa, respondam às perguntas** propostas no final da página e **preparem uma breve apresentação** sobre suas conclusões.

Leia sobre o caso de
Orosimbo Antonio

Os trechos recortados foram extraídos de uma reclamação apresentada pelo ex-funcionário Orosimbo Antônio ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), no ano de 1935, na qual ele reivindicava sua reintegração à Leopoldina Railway Company Limited. Orosimbo trabalhava há mais de quatorze anos na empresa, entretanto, em sua carteira de trabalho, não estava registrado todo o período de serviço, apenas 8 anos e dois meses. Ele foi demitido sob a acusação de ter furtado lenha e ser alcoólatra, mas não teve o direito de se defender e não lhe foi concedida a estabilidade decenal, prevista pela Lei Eloy Chaves, que garantia ao trabalhador com dez anos de serviço contínuo na mesma empresa o direito de não ser demitido sem justa causa.

De acordo com o relato de Orosimbo, ele era um operário negro, analfabeto, pobre, viúvo e com uma filha menor sob sua responsabilidade. Foi responsabilizado injustamente pelo desaparecimento da lenha, e a empresa não lhe prestou nenhuma assistência. Como alternativa, pediu a um colega que escrevesse uma carta pedindo a sua reintegração, já que a falta de um braço o impedia de encontrar outra forma de sustento. Entretanto, o Conselho Nacional do Trabalho julgou improcedente a reclamação quanto ao pedido de reintegração, alegando que, ao analisar a carteira de trabalho e ver que não constava o tempo de serviço completo, ele não seria amparado pela legislação. Nesse período, as acusações de roubo também eram uma forma recorrente de demissão arbitrária. Os empregadores frequentemente usavam essas acusações para justificar dispensas sem cumprir as obrigações trabalhistas. Orosimbo foi responsabilizado pelo desaparecimento de lenha, sem provas concretas ou direito de defesa, evidenciando as práticas abusivas e a ausência de mecanismos eficazes de proteção aos trabalhadores mais vulneráveis, como os analfabetos e os pobres.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/services-3>.

Imagem 29 - Continuação da página do grupo 2: Orozimbo Antonio

Como alternativa, Orozimbo pediu ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio que obrigasse a empresa a aposentá-lo ou a pagar-lhe uma indenização, pois havia sido vítima de um acidente de trem durante o trabalho, razão pela qual teve seu braço amputado. Após o acidente, preferiu continuar trabalhando do que aceitar a pífia indenização oferecida pela empresa, até ser demitido sem justificativas plausíveis e viver sob a miséria. O Conselho Nacional do Trabalho assegurou ao ferroviário o direito de se aposentar, entretanto, ele não teve acesso à aposentadoria porque precisava fazer um pedido formal ao Estado, um processo burocrático que dificultou seu acesso ao benefício. Por fim, Orozimbo faleceu pobre, sem acesso à aposentadoria e o seu processo foi arquivado.

A legislação de acidentes de trabalho, implementada em 1919, deveria proteger os trabalhadores que se machucassem durante suas atividades laborais. Embora obrigasse os empregadores a fornecer assistência médica imediata e indenização proporcional à gravidade do acidente, muitos operários enfrentavam dificuldades em acessar esses direitos devido à burocracia do Estado e à negligência do empregador. O caso de Orozimbo é emblemático: ele perdeu um braço em um acidente de trabalho e, mesmo assim, optou por continuar trabalhando diante da pífia indenização oferecida pela empresa.

O caso de Orozimbo Antônio mostra como a legislação trabalhista da época falhou em punir a empresa pelas péssimas condições de trabalho que levaram Orozimbo a perder o braço. Além disso, a burocracia dificultou o acesso ao amparo legal ao exigir que o tempo de trabalho estivesse registrado na carteira de trabalho e que ele, analfabeto, fizesse um pedido formal para conseguir a aposentadoria. Casos como o de Orozimbo deixam marcas de sua luta e tentativa de buscar justiça, tanto pelo acidente sofrido quanto pela acusação injusta de furto.

Análise as fontes históricas abaixo!

01. Trecho recortado da solicitação encaminhada por um terceiro em nome de Orozimbo Antônio ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1935.

Expediente	
Contabilizado	
D. nº	
D. Data Ind.	
D. Data Cón.	
D. Data Ind.	
D. Data Cón.	

Orosimbo Antonio, brasileiro, operário, pobre, viúvo, tendo uma filha menor a seu cargo, para creal-a, esteve empregado aos serviços da The Leopoldina Railway Company Ltda, durante mais de quatorze annos, porém, sua nomeação data de Novembro de 1925, como consta de sua Caderneta Profissional n.º 9.482, narrada pelo Papar Tomreu.

O que está escrito?

“Orosimbo Antonio, brasileiro, operario, pobre, viúvo, tendo uma filha menor a seu cargo para creal-a, esteve empregado aos serviços da The Leopoldina Railway Company Ltda, durante mais de “quatorze annos”, porém, sua nomeação data de novembro de 1925, como consta de sua Caderneta Profissional, [...]”

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/services-3>.

Imagem 30 - Continuação da página do grupo 2: Orozimbo Antonio

02.

Trecho recortado da solicitação encaminhada por um terceiro em nome de Orozimbo Antônio ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1935.

O que está escrito?

"[...], em 1925, de 26 novembro, ocupando o posto de guarda-freios [...], fora victima d'um accidente de trem na ponte ferro, [...], onde perdeu o braço direito, que lhe foi amputado, tornando-se, por esse motivo impossibilitado de exercer serviço braçal, na sua profissão de operario. Atenta essa circunstancia, foi, então, nomeado Vigia de Depósitos de Lenha - apropriado, alternativamente, para

03.

Trecho recortado da justificativa de demissão de Orozimbo Antonio apresentada pela The Leopoldina Railway Company Limited.

ADMINISTRAÇÃO

Conforme se evidencia do certificado que a este acompanha, Orozimbo Antonio contava 8 annos, 2 mezes e 1 dia de serviço nesta Companhia, com varias interrupções.

O alludido ferroviario exercia o cargo de vigia na estação de Porciuncula, quando em Novembro do anno p.findo foi accusado de praticar furtos de lenha no Deposito da mencionada estação e que tam-
bem se achava sob sua guarda.

No inquerito policial procedido pela Sub-Delegacia de Porciuncula ficou apurado, outrosim, que o referido funcionario é co-
nhecido por toda a população local como alcoolatra.

Como não contasse Orozimbo Antonio 10 annos de serviço, sua demissão podia ser decretada ad-nutum, sendo o que se deu, em vista das faltas por elle praticadas.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/services-3>.

Imagem 31 - Continuação da página do grupo 2: Orozimbo Antonio

04.

Trechos recortados da solicitação reencaminhada por um terceiro em nome de *Orosimbo Antonio* ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1936, pedindo agilidade para a resolução do caso.

Deus esteja com V. Excia.

Venho mais uma vez por intermedio desta, pedir a V. Excia. que abrevie a soluçao para o meu caso, já de seu conhecimento: (Inutilisado no serviço da Leopoldina Railway, sem um braço, preferi continuar trabalhando como vigia permanente, a uma indenisação que a companhia quiz fazer. Entretanto acerca de 11 meses fui dispensado sem um motivo plausivel; este é o resumo da minha primeira queixa).

integrado, nem tão pouco ouvido pela 13ª. Inspectoria de Trabalho, peço a V. Excia. uma providencia, pois estou lutando com dificuldades e com a mesma arrastando a minha velha mae a um fim de vida na miseria.

Espero que V. Excia. tome as necessarias providencias, pois fui inutilisado no serviço da companhia, e é cousa que facilmente se pode prover.

Estou certo que V.Excia. me perdoará o quanto tenho sido insistente, mas o caso é o de todo operario - o estomago - que aguarda um breve remedio. Orozimbo Antonio

05.

Trecho recortado do acórdão do Conselho Nacional do Trabalho negando a reintegração de *Orosimbo Antonio* à empresa, mas assegura que ele seja aposentado, em 1937.

C.N.T. 21
fl. 30

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Proc. 4.519/36

ACCORDÃO

1ª. Secção

Ag/SSBP.

19 37



CONSIDERANDO que o reclamante não provou que, quando foi dispensado do serviço, já gosava do direito de estabilidade funcional, assegurado pelo art. 53 do Dec. nº 20.465, de 1931;

CONSIDERANDO, por outro lado, que a Empresa declara que o reclamante, á data da dispensa, só contava 8 annos e 2 mezes de actividade;

CONSIDERANDO que o reclamante allega que soffreu um accidente no trabalho, do qual resultou a perda de um braço;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação, quanto á reintegração, por falta de fundamento legal, podendo, entretanto, o supplicante se dirigir á respectiva Caixa de Aposentadoria e Pensões, a fim de ser aposentado.

Rio de Janeiro, 29 de Março de 1937

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/services-3>.

Imagem 32 - Continuação da página do grupo 2: Orozimbo Antonio

06. Trecho recortado do ofício da Delegacia de Polícia, no ano de 1942, do município em que *Orozimbo Antonio* residia, declarando que ele havia falecido.



SUB-DELEGACIA DE POLÍCIA do 62 distrito do Município de
Itapetuna
Estado do Rio de Janeiro

Respondendo o Ofício de V. S. sob o número SLI - 567/41 - só hoje, em meu poder, pois que, na data de 31 de Outubro, próximo passado, estava vago o cargo de Sub-delegado de Polícia, desta Vila, levo ao conhecimento de V. S. que de fato, faleceu nesta Vila, OROZIMBO ANTONIO, mas, não foi sepultado como indigente, segundo, informações que colhi, as despesas do enterro, ocorreu por conta da caridade publica desta mesma Vila, tirada em lista, pelo indivíduo, conhecido por João Arroz e Belmira de tal.

Ponho-me a disposição de V. S. subscrivendo-me, enviando-lhe

Atenciosas saudações

O Sub-delegado de Polícia em exercício

O que está escrito?

"[...], faleceu nesta Vila, Orozimbo Antonio, mas, não foi sepultado como indigente, segundo informações que colhi, as despesas do enterro, ocorreu por conta da caridade publica. [...]"

Vocês conseguiram!

Agora que vocês já realizaram a leitura e discutiram alguns trechos do caso de Orozimbo Antônio, chegou a hora de aplicar o que foi debatido. Vocês deverão responder às perguntas abaixo com base na análise das fontes e, em seguida, preparar uma breve apresentação das suas conclusões para compartilhar com o restante da turma.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/services-3>.

Imagem 33 - Continuação da página do grupo 2: Questões.

Questões:

1. De que maneira as condições de vida de Orozimbo, incluindo seu analfabetismo, sua identidade racial e suas condições sócio-econômicas, influenciaram sua capacidade de obter justiça?
2. O que podemos aprender com a história de Orozimbo sobre a importância de lutar por direitos trabalhistas?
3. Com base na reportagem "*Negros enfrentam mais dificuldades que brancos no mercado de trabalho*", da Agência Brasil, você acha que ainda hoje as pessoas negras enfrentam dificuldades para conseguir seus direitos trabalhistas hoje em dia? Por quê?

agênciaBrasil

CULTURA DIREITOS HUMANOS ECONOMIA EDUCAÇÃO ESPORTES GERAL INTERNACIONAL JUSTIÇA MEIO AMBIENTE

Negros enfrentam mais dificuldades que brancos no mercado de trabalho, diz MPT

Fonte: EBC - Agência Brasil

Clique aqui para acessar a matéria completa:
<https://agenciabrasilebc.com.br/geral/noticia/2017/11/negros-enfrentam-mais-dificuldades-que-brancos-no-mercado-de-trabalho-diz-mpt>

Ainda restam dúvidas?



Material de Apoio ao Estudante

Clique no botão abaixo e tenha acesso a mais conteúdos sobre a Era Vargas.

Saiba mais

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/services-3>.

Além das opções já apresentadas, os estudantes também podem optar pelo material disponibilizado ao grupo 3 (IMAGEM 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40), que traz trechos retirados da Reclamação Trabalhista feita por Laura Reis Simões Lopes em 1936 ao Conselho Nacional do Trabalho. Nesse caso, os alunos terão a oportunidade de analisar as circunstâncias em que Laura foi demitida, após ser acusada pelo sindicato de envolvimento com atividades comunistas. Ao final da leitura e análise dos trechos selecionados, o grupo deverá debater as questões propostas e preparar uma breve apresentação com sua interpretação do material.

Imagem 34 - Página do grupo 3: o caso de Laura Reis Simões Lopes

Análise em Grupo

Agora é hora de analisar o **caso de Laura Reis Simões Lopes**, ex-funcionária demitida do Banco do Estado de São Paulo em 1936, após ser acusada pelo sindicato de envolvimento com atividades comunistas.

Leia com atenção as instruções abaixo!

Instruções:

1. **Leiam e interpretem atentamente** os trechos da Reclamação Trabalhista de Laura Reis Simões Lopes, que foram retirados do processo pertencente ao Conselho Nacional do Trabalho.
2. **Discutam entre vocês** as circunstâncias da demissão, os direitos não garantidos a ex-funcionária Laura Reis e as injustiças que esse caso revela.
3. **Lembrem-se de considerar o contexto social e trabalhista da época** ao avaliar o caso.
4. **Após realizarem uma análise cuidadosa, respondam as perguntas** propostas no final da página e **preparem uma breve apresentação** sobre suas conclusões.

Saiba mais sobre o caso de
Laura Reis Simões Lopes

Os trechos recortados foram extraídos de uma reclamação apresentada pela ex-funcionária Laura Reis Simões Lopes ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), no ano de 1936, na qual ela reivindicava sua reintegração no Banco do Estado de São Paulo. Laura trabalhava no banco há mais de dois anos e era associada ao Sindicato dos Bancários. No entanto, o próprio sindicato a apontou como suspeita de envolvimento com atividades comunistas e extremistas, juntamente com outros colegas bancários. Como resultado, ela foi demitida pela empresa após autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

De acordo com o relato de Laura, os nomes dos trabalhadores bancários suspeitos constavam de uma lista enviada ao sindicato por um órgão de natureza policial. No entanto, ela apresentou provas de sua inocência, demonstrando que era um erro seu nome estar na lista de suspeitos de atividades comunistas ou extremistas. Vale ressaltar que, durante o processo, Laura não contou com auxílio de advogado nem mesmo do sindicato de sua categoria para fazer sua defesa. Mesmo após comprovar sua inocência, Laura permaneceu impedida de retornar ao trabalho, evidenciando a fragilidade dos mecanismos de defesa dos direitos trabalhistas sob um regime autoritário. Por fim, a ex-funcionária solicitou o arquivamento do processo, pois precisava se ausentar do Estado e chegou a um acordo com o banco.

Na Era Vargas, o conceito "comunista" foi amplamente utilizado de forma genérica e pejorativa, se afastando do significado teórico original. Esse termo foi explorado pelo governo e seus aliados para justificar medidas repressivas e para se consolidar no poder. Durante esse período, a palavra "comunista" foi utilizada para englobar não apenas aqueles que seguiam fielmente a ideologia, mas também qualquer pessoa ou grupo que se opusesse ao regime, questionasse a ordem estabelecida ou promovesse ideias que ameaçassem o *status quo*. Isso incluía sindicalistas combativos, intelectuais progressistas e opositores políticos de diferentes matizes ideológicos.

Para o governo Vargas, o comunismo representava uma ameaça significativa à ordem estabelecida. Assim, Vargas articulou uma ampla campanha anticomunista, com o apoio de setores conservadores e da mídia, que ajudou a construir a imagem do comunismo como o "inimigo" do Brasil. Essa narrativa justificou medidas autoritárias, como a censura, a repressão violenta e a criação de leis específicas para controlar supostos opositores. Nesse cenário, os empregadores também viam o comunismo com preocupação. Muitos deles apoiaram as políticas de repressão do governo, pois temiam que as ideias comunistas estimulasse greves, revoltas e uma possível redistribuição forçada de suas propriedades, ou seja, era uma ameaça às suas posições privilegiadas. A repressão aos comunistas incluía prisões, torturas e exílios, além de uma forte censura que controlava a mídia e a disseminação de ideias.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Imagem 35 - Continuação da página do grupo 3: Laura Reis Simões Lopes

Os sindicatos e os órgãos policiais foram essenciais para o governo Vargas no processo de repressão aos comunistas, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). Através do controle estatal imposto pela sindicalização oficial, os sindicatos foram transformados em instrumentos do governo, perdendo sua autonomia e se tornando ferramentas para canalizar as demandas trabalhistas de forma controlada e alinhada aos interesses do regime. Paralelamente, órgãos repressivos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a aplicação da Lei de Segurança Nacional permitiram a vigilância, prisão e perseguição de indivíduos e grupos acusados de atividades comunistas. A propaganda oficial reforçava a ideia de que o comunismo era uma ameaça ao país, justificando ações autoritárias e apresentando Vargas como o "protetor" da classe trabalhadora. Essas medidas minaram a organização dos trabalhadores, fragmentando os movimentos autônomos e reprimindo greves e protestos, ao mesmo tempo em que a criação de leis trabalhistas populistas, como a CLT, servia para atrair o apoio dos operários.

O caso da bancária Laura exemplifica como a legislação trabalhista e os sindicatos serviram aos interesses do governo de Vargas, mesmo que isso prejudicasse a vida de indivíduos e impactasse negativamente em suas trajetórias profissionais. Laura foi incluída na lista de funcionários suspeitos de atividades comunistas, não por evidências concretas, mas como parte de um esforço maior para reprimir qualquer oposição política. A partir de 1935, com a intensificação da repressão após a Intentona Comunista, casos como o de Laura se tornaram mais comuns. Sua luta contra uma demissão injusta simboliza a resistência individual frente à repressão estatal, revelando como os trabalhadores tentavam desafiar e contornar as medidas autoritárias do governo.

Análise as fontes históricas abaixo!

01. Trechos recortados da solicitação encaminhada por *Laura Reis Simões Lopes* ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1936.

Laura Reis Simões Lopes, abaixo assignada, - funcionária do Banco do Estado de S.Paulo, em sua matriz na Capital, - ha mais de dois annos, - portadora da Carteira Profissional nº177.861 - 22ª Serie e matriculada no Syndicato dos Bancarios de S.Paulo sob nº 1.390, - com fundamento no Decreto nº 24.615 de 9 de Julho de 1934, - vem recorrer a este Egregio Conselho, contra o acto daquelle estabelecimento de credito - que, apezar de despacho definitivo do Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio sobre o assumpto, - pretende considerar a recorrente excluida do quadro do respectivo pessoal.

[...]

Em meados de Março do corrente anno, o Syndicato dos Bancos e Casas Bancarias, - com annuência expressa de varios associados, entre os quaes o Banco do Estado de São Paulo, - offi- ciou ao Exmo. Sr. Dr. Ministro do Trabalho, - solicitando autori- sacção para dispensa, por parte daquelles seus associados, de di- versos empregados considerados extremistas - a vista das informa-

elopes

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.

Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Imagem 36 - Continuação da página do grupo 3: Laura Reis Simões Lopes

02.

Trechos recortados da solicitação encaminhada por *Laura Reis Simões Lopes* ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1936.

ções prestadas ao referido Sindicato pela Superintendencia de Ordem Política e Social deste Estado, - informações que em original acompanharam o citado officio.

Atendendo á solicitação do Sindicato dos Bancos e Casas Bancarias - o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, por officio de 16 de Abril p.passado - autorisou a dispensa de 26 bancarios considerados comunistas ou suspeitos de actividade extremista por aquella Superintendencia de Ordem Política e Social. Entre os 26 Bancarios referidos - encontravam-se os nomes Antonio Nogueira dos Santos, do Banco Real do Canada e a recorrente, Larua Reis Simões Lopes, - do Banco do Estado.

Acontece, porém, - que a Superintendencia de Ordem Política e Social - procedendo a novas e mais meticulosas diligencias, - verificou ter sido a inclusão dos nomes dos citados bancarios na relação dos suspeitos, - uma injustiça e, espontaneamente dirigiu-se ao Sindicato dos Bancos, rectificando suas informações, na parte que a elles dizia respeito.

03.

Trechos recortados da solicitação encaminhada por *Laura Reis Simões Lopes* ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1936.

Apezar de decorridos quasi tres mezes, dessa entrega, apezar de ter sido o despacho de 5 de maio - publicado no Diario Official da União no dia 14 do mesmo mez, e, ter sido o Banco do Estado notificado oficialmente pelo Sindicato a que pertence, - a reclamante até hoje não conseguiu reassumir as funções de seu cargo, a cuja effectividade tem direito nos expressos termos do art. 15 do Decreto nº 24.615 de 9 de Julho de 1934, eis que, presta seus serviços aquelle Banco, - ha mais de dois annos, só podendo ser afastada em virtude de falta grave - apurada em inquerito administrativo - approved pelo Conselho Nacional do Trabalho.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.

Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Imagem 37 - Continuação da página do grupo 3: Laura Reis Simões Lopes

04. Trecho recortado da carta de dispensa de *Laura Reis Simões Lopes* encaminhado pelo Banco do Estado de São Paulo.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ENDERECO TELEGRAPHICO
"BANDSPA"
CAIXA DO CORREIO N.º 24
R. 15 DE NOVEMBRO, 33
SÃO PAULO

CODIGOS GRADOS
"PETERSON'S 1st, 2nd, & 3rd EDITIONS"
"MASCOTTE", "BENTLEY'S 1st, & 2nd EDITIONS"
"RIBEIRO" LIEBER'S FIVE LETTERS "A-2"
"A. B. C. 5th EDITION"

AGENCIAS: { SANTOS
BAURÓ
CATANDUVA

São Paulo, 5 de maio de 1936

Em s/ resposta queira citar:
Pessoal-SP-10/339

Exma Snra.
D. Laura Reis Simões Lopes
PRESENTE

Presada Snra.

Temos o desprazer de scientificar-lhe que, em virtude da deliberação do senhor Ministro do Trabalho, hontem transmittida a este Banco, sobre dispensa de funcionarios bancarios extremistas, entre os quaes figura o seu nome, fica V.S. excluida do quadro do nosso Pessoal, a partir de amanha.-

Embora a autorização dada tenha sido para "demissão independentemente de indemnização", resolvemos, como acto de pura liberalidade, mandar abonar-lhe integralmente os vencimentos deste e do proximo mez, os quaes V.S. poderá receber desde logo, si assim lhe convier.

Cordiaes Saudações
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

05. Trecho recortado do officio da Superintendência de Ordem Política e Social declarando que as informações sobre *Laura Reis Simões Lopes* foram "equivocadas".

SUPERINTENDENCIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
Delegacia de Ordem Social

(Armas do Est. de São Paulo). de São Paulo

S. Paulo, 5 de maio de 1936

COPIA

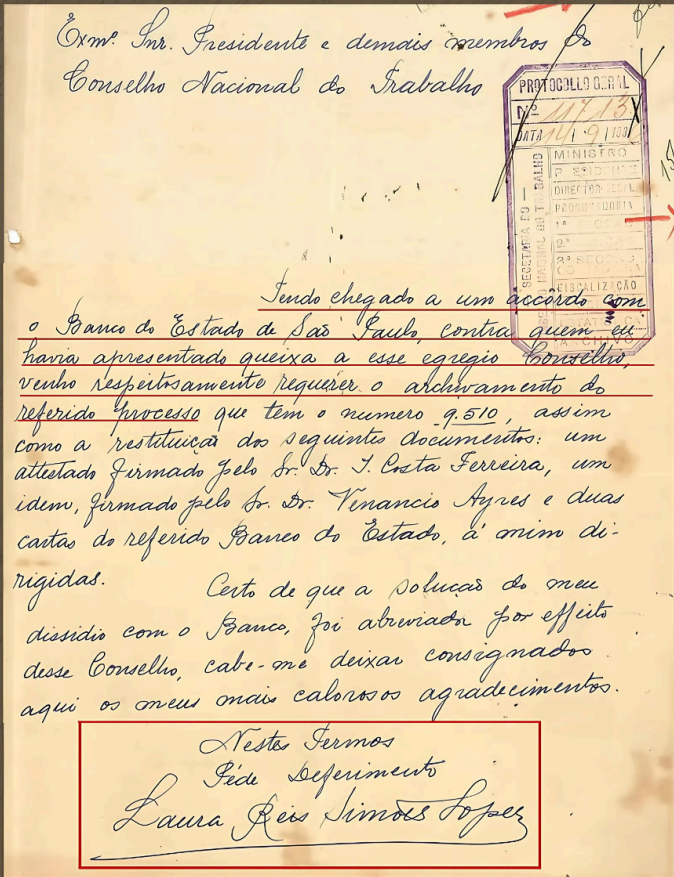
Declaro para os devidos efeitos que em data de 23 de abril Communiquei ao Dr. Gastão Vidigal, Presidente do Sindicato dos Bancos, que a informação referente á D. Laura Reis Simões Lopes foi um equivoco, eis que a mesma não teve e não tem actividade comunista.

O Delegado de Ordem Social
a) Venancio Ayres.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Imagem 38 - Continuação da página do grupo 3: Laura Reis Simões Lopes

06. Trecho recortado do *ofício* de *Laura Reis Simões Lopes* ao ter realizado um acordo de demissão com o *Banco do Estado de São Paulo*.



Exm. Sr. Presidente e demais membros do
Conselho Nacional do Trabalho

Tendo chegado a um acordo com
o Banco do Estado de São Paulo, contra quem eu
havia apresentado queixa a esse egregio Conselho,
venho respeitosamente requerer o arquivamento do
referido processo que tem o numero 9.510, assim
como a restituição dos seguintes documentos: um
atestado firmado pelo Sr. Dr. J. Costa Ferreira, um
idem, firmado pelo Sr. Dr. Financio Ayres e duas
cartas do referido Banco do Estado, a' mim di-
rigidas.

Certo de que a solução do meu
dissidio com o Banco, foi abreviada por effeito
desse Conselho, cabe-me deixar consignados
aqui os meus mais calorosos agradecimentos.

Attesto Fervorosamente
Sua Devoção
Laura Reis Simões Lopes

O que está escrito?

“Tendo chegado a um accordo com o Banco do Estado de São Paulo, contra quem eu havia apresentado queixa a esse egregio Conselho, venho respeitosamente requerer o archivamento do referido processo [...]”

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Imagem 39 - Continuação da página do grupo 3: Laura Reis Simões Lopes

07. Trecho recortado do acórdão do Conselho Nacional do Trabalho afirmando que a reclamante *Laura Reis Simões Lopes* fez um acordo de demissão com o Banco do Estado de São Paulo.

C. N. T.-25

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Proc.9.510/36. **ACCORDÃO**

PA/SSBP.

1936

Vistos e relatados os autos deste processo, em que são partes, como reclamante, D. *Laura Reis Simões Lopes*, e, reclamado, o Banco do Estado de São Paulo:

CONSIDERANDO que, autuada a inicial e após ter sido notificado o Banco reclamado para dizer sobre as alegações da reclamante, esta, pela petição de fls. 22, declarando haver feito acórdão com o Banco em apreço, requereu o arquivamento do processo e a restituição dos documentos que instruíram a sua reclamação;

Vocês conseguiram!

Agora que vocês já realizaram a leitura e discutiram alguns trechos do caso de *Laura Reis Simões Lopes*, chegou a hora de aplicar o que foi debatido. Vocês deverão responder às perguntas abaixo com base na análise das fontes e, em seguida, preparar uma breve apresentação das suas conclusões para compartilhar com o restante da turma.

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Imagem 40 - Continuação da página do grupo 3: Questões.

Questões:

Você poderia identificar os seguintes dados no caso de demissão de *Laura Reis Simões Lopes*:

- Profissão;
- Empresa;
- Motivos da demissão;
- Órgãos do Estado envolvidos;

1. Você considera a demissão de *Laura* do Banco do Estado de São Paulo injusta? Por quê?
2. Qual era o contexto político da época que levou à perseguição de indivíduos considerados comunistas ou suspeitos de atividades extremistas, como foi o caso de *Laura Reis Simões Lopes*?
3. O caso de *Laura Reis Simões Lopes* exemplifica como a criação de uma suposta "ameaça comunista" foi usada para justificar controle ideológico e repressão no regime varguista, causando prejuízos à vida e ao trabalho de muitas pessoas. A partir da análise do vídeo "Não caia no conto da ameaça comunista", do canal DW Brasil, e considerando como essa narrativa ainda hoje é utilizada por políticos de extrema-direita para sustentar sua atuação, você acredita que o Brasil já esteve perto de se tornar um país comunista? Por quê?

Não caia no conto da ameaça comunista

DW é um serviço de rede pública de televisão da...

Vamos Conversar Sobre a "ameaça comunista"

Assistir no YouTube esquerda

Fonte: DW Brasil - Canal do Youtube

Clique aqui para acessar o vídeo:
<https://www.youtube.com/watch?v=12b5bCB-6s>

Ainda restam dúvidas?

Material de Apoio ao Estudante

Clique no botão abaixo e tenha acesso a mais conteúdos sobre a Era Vargas.

Saiba mais

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop.
Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-grupo-2-orosimbo-antonio-1>.

Para apoiar os estudantes que eventualmente tenham dúvidas ou dificuldades na análise das fontes históricas, foi disponibilizado um material de apoio logo abaixo das perguntas (IMAGEM 41). Este recurso complementa a atividade ao oferecer textos, podcasts e vídeos para uma compreensão mais ampla da Era Vargas.

Imagem 41 - Página do material de apoio ao estudante

Explore mais a Era Vargas (1930-1945)

Bem-vindo à nossa seção de apoio, criada especialmente para você que deseja aprofundar seus conhecimentos sobre a Era Vargas. Aqui, você encontrará sugestões de textos, vídeos e podcasts que ampliam a compreensão desse período. Esses conteúdos abordam os avanços e retrocessos nas legislações trabalhistas, a relação entre o governo e os trabalhadores, além de destacar as resistências e os impactos das políticas de Vargas na vida dos trabalhadores da época.

Aproveite esses materiais para enriquecer seus estudos, fazer conexões com o que você já aprendeu e refletir criticamente sobre os desafios e conquistas desse período!

1. Vídeo do canal Buenas Ideias: [O Estado Novo e Getúlio Vargas](#)
2. Vídeo do canal Débora Aladim: [Tudo o que você precisa saber sobre a Era Vargas](#)
3. Podcast História em Meia Hora - [Episódio: Getúlio Vargas](#)
4. Podcast História FM - [Episódio: 177 - Getúlio Vargas: origens, trajetória e seu legado para o Brasil](#)
5. Site Café História - [Texto: Por que o Ministério do Trabalho foi criado?](#)
6. Site FGV/CPDOC - [Texto: Período Vargas \(1930-1945\)](#)
7. Site Senado Federal - [Texto: CLT chega aos 80 anos com direitos dos trabalhadores sob disputa](#)
8. Site Super Abril - [Texto: Existia alguma legislação trabalhista antes da CLT?](#)
9. Site Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - [Texto: Linha do tempo: o Brasil, o trabalho e a legislação](#)

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop. Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1/c%C3%B3pia-leitura-2-orosimbo-antonio>.

Dentro do nosso site, há uma seção exclusiva para professores (IMAGEM 42 e 43), que oferece acesso a um arquivo em PDF contendo o Guia Metodológico para Aplicação do Material Didático. Este guia foi desenvolvido para auxiliar os educadores, fornecendo orientações claras e práticas sobre como utilizar e buscando garantir o melhor aproveitamento por parte dos alunos.

Imagem 42 - Área do Professor

Resistência dos Trabalhadores na Era Vargas
(1930 - 1945)

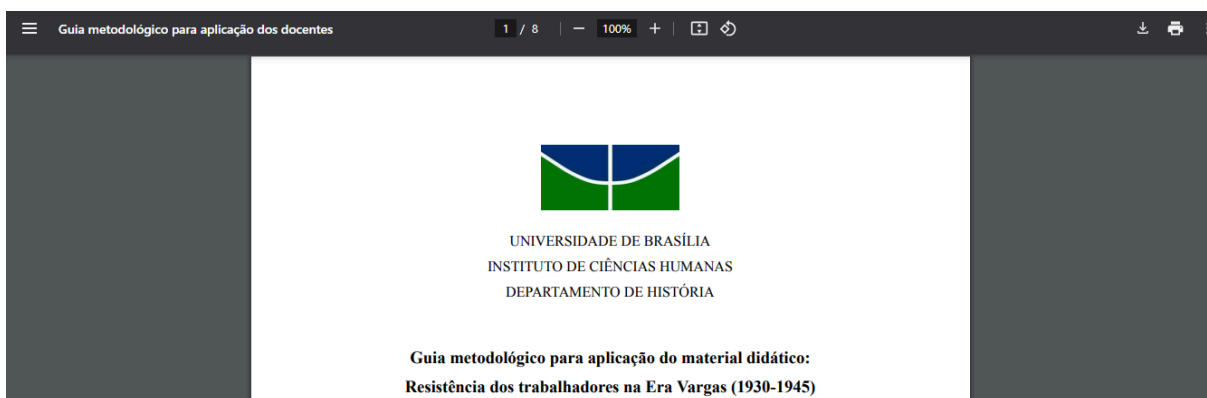
FUTURO
UnB É AGORA

MATERIAL DIDÁTICO
ELABORADO PARA O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2

Início **Leitura** **Grupos** **ÁREA DO PROFESSOR**

Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop. Disponível em: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1>.

Imagem 43 - PDF com o Guia Metodológico para Aplicação do Material Didático



Fonte: Material didático elaborado pelo autor, na versão desktop. Disponível em:
<https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1>.

2. GUIA METODOLÓGICO PARA APLICAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

O site educativo “Resistência dos trabalhadores na Era Vargas (1930-1945)” se apresenta como um material didático digital para o ensino de História em turmas do 9º ano e tem como foco as questões trabalhistas durante o governo do presidente Getúlio Vargas. Dessa forma, explora o contexto histórico das principais políticas trabalhistas implementadas no período, o controle e repressão estatal sobre os trabalhadores, as formas de resistência dos trabalhadores à repressão estatal e a importância das lutas pela conquista de direitos.

A proposta didática do site está alinhada com a BNCC de História, portanto vinculada à Unidade Temática “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX”, incluindo os Objetos de Conhecimento como o período varguista e suas contradições; a emergência da vida urbana e a segregação espacial; o trabalhismo e seu protagonismo político; anarquismo e protagonismo feminino, e atendendo as habilidades: (EF09HI06) identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade); e (EF09HI09) relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

O principal objetivo do site é promover uma compreensão crítica e reflexiva sobre a luta dos trabalhadores pela conquista de direitos no Brasil, especialmente no início do século XX, articulando esse contexto às políticas implementadas durante a Era Vargas (1930-1945). Para tanto, busca proporcionar aos estudantes uma compreensão das principais medidas trabalhistas desse período, dos mecanismos de controle e repressão estatal sobre os trabalhadores, bem como das diversas formas de resistência adotadas por eles diante da opressão. Desse modo, pretende-se estimular debates que relacionem as experiências políticas, econômicas e culturais dos trabalhadores às transformações históricas desse período, permitindo também problematizar estereótipos e percepções sobre a classe trabalhadora. Além disso, o material propõe a análise de fontes históricas como estratégia pedagógica, incentivando a leitura e interpretação crítica, além da reflexão sobre a importância das lutas pelos direitos trabalhistas e suas conquistas ao longo do tempo. Outro ponto central é o papel das políticas trabalhistas na formação da identidade política e social dos trabalhadores, destacando como essas ações moldaram trajetórias e contribuições históricas.

Antes da aplicação deste material didático é necessário que os professores considerem a necessidade de conhecimentos prévios que permitam contextualizar os temas que serão abordados. Desse modo, espera-se que os estudantes possuam uma compreensão básica dos principais eventos e características da Primeira República no Brasil, incluindo as disputas políticas e tensões que marcaram o início do período republicano e que influenciaram diretamente a estrutura política e social do país. Também é fundamental que os alunos já tenham sido introduzidos nos conceitos de trabalho, industrialização e urbanização para um entendimento das condições de vida e trabalho no início do século XX. Uma noção geral sobre os principais eventos da Era Vargas, desde a Revolução de 1930 até a consolidação do Estado Novo, é igualmente importante para situar historicamente as leituras e discussões propostas no material didático. Além disso, o material pressupõe algum conhecimento prévio sobre os movimentos dos trabalhadores e suas formas de luta e resistência no início do século XX. Por fim, habilidades de leitura e escrita são indispensáveis, porém estamos cientes de que as aulas de História podem colaborar também no aprimoramento do letramento básico dos estudantes, ao estimular a leitura e interpretação de fontes documentais, bem como a produção de textos e reflexões críticas.

Para alcançar tais objetivos, o site educativo propõe atividades em grupo de leitura e interpretação de fontes históricas documentais, especificamente de trechos de reclamações trabalhistas extraídos do acervo do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) em Brasília. Estes documentos, agora digitalizados e disponibilizados publicamente pela plataforma Atom do Tribunal Superior do Trabalho, são extensos e compreendem uma variedade de conteúdos, incluindo decisões, atas, pareceres do órgão, solicitações, reclamações, cartas de trabalhadores e correspondências sindicais. A autoria dos documentos que foram selecionados é coletiva, envolvendo funcionários do CNT, trabalhadores, e representantes sindicais que interagiram com o órgão. Já a estrutura dos documentos varia, desde pareceres formais e decisões legais até cartas pessoais e petições, oferecendo uma visão das interações entre o Estado, os trabalhadores e os empregadores. Estes documentos, produzidos durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, foram cruciais para a consolidação de um Estado intervencionista que buscava regular as relações de trabalho através de novas leis e instituições, como o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e, depois, a Justiça do Trabalho, visando mediar conflitos e evitar greves. Este contexto histórico é fundamental para compreender a natureza das reivindicações e disputas documentadas nesses processos trabalhistas.

Para assegurar uma abordagem eficiente do site educativo na escola, é fundamental que o professor organize previamente os recursos necessários para a atividade. Caso a instituição de ensino disponha de uma sala de informática equipada com computadores conectados à internet, esse espaço poderá ser utilizado para que todos os alunos acessem o site do material didático. Entretanto, reconhece-se que nem todas as escolas da educação básica no Brasil possuem infraestrutura adequada para o uso de tecnologias em sala de aula. Nesse caso, o professor pode autorizar o uso de dispositivos móveis pessoais pelos alunos, desde que haja uma conexão à internet disponível. É imprescindível que a escola forneça as condições mínimas de acesso, como rede Wi-Fi, para garantir a inclusão de todos os estudantes no processo pedagógico. Assim, a escolha do meio de acesso ao material – seja por computador ou celular – deve ser feita com base na realidade da escola e das turmas. O endereço eletrônico, projetado para ser acessado tanto por desktops quanto por dispositivos móveis, é o seguinte: <https://arlenluan68.wixsite.com/my-site-1>.

Quanto ao tempo de aplicação do material didático em sala de aula prevemos no mínimo de duas horas/aulas, cada uma com no mínimo 50 minutos de duração. Durante todo esse processo é fundamental que o professor atue como mediador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, orientando os debates, organizando os grupos, estimulando a participação, acompanhando a realização das tarefas propostas e avaliando as aprendizagens adquiridas pelos estudantes com o material didático.

Na primeira aula, o professor iniciará as atividades conduzindo os alunos à sala de informática ou estabelecendo previamente a autorização para que utilizem seus dispositivos móveis em sala de aula, com o propósito de acessar o site destinado à atividade. Este site foi desenvolvido com uma interface intuitiva, permitindo que os estudantes, ao seguirem as instruções disponibilizadas, possam progredir de forma autônoma. Na página inicial, encontram-se as orientações preliminares sobre a atividade proposta. Estas serão lidas em conjunto com o professor, buscando assegurar que os alunos compreendam as etapas subsequentes.

Depois disso, os estudantes serão direcionados para uma seção dedicada à leitura e reflexão de um texto didático. Nessa etapa, o professor pode realizar uma leitura compartilhada, promovendo um espaço de interação em que os alunos sejam encorajados a manifestar dúvidas relacionadas ao vocabulário, aos conceitos ou aos eventos históricos abordados no texto. É fundamental que todas as dúvidas sejam imediatamente esclarecidas,

com o objetivo de consolidar um ambiente colaborativo e de suporte mútuo. Esta leitura inicial tem como propósito principal oferecer uma compreensão de maneira geral do texto, sem a necessidade de aprofundamento imediato nas questões propostas.

Concluída a leitura coletiva, os alunos realizarão uma releitura individual do texto, desta vez direcionando a atenção para a identificação das políticas trabalhistas implementadas durante o governo Vargas e para a análise reflexiva do impacto dessas medidas. Nesse contexto, o professor deverá fomentar uma reflexão crítica a respeito das questões levantadas pelo texto, mediando um debate que promova a análise das narrativas apresentadas. O intuito é transcender a leitura passiva, incentivando os alunos a expressarem suas opiniões, a questionarem as motivações subjacentes às políticas de Vargas e a considerarem diferentes perspectivas sobre as leis trabalhistas, incluindo o controle exercido pelo governo sobre a classe trabalhadora.

Na sequência, ao acessar a próxima página do site, os alunos serão organizados em três grupos, que permanecerão os mesmos na aula seguinte. Cada grupo selecionará um material para análise. Antes de iniciar essa etapa, o professor introduzirá os estudantes no contato com fontes históricas, um elemento que pode ser novo para muitos. Para tanto, será realizada uma breve explicação oral sobre o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado em 1923, destacando seu papel na mediação das relações entre empregadores e empregados, bem como sua relevância no contexto do governo Vargas. Em seguida, cada grupo deverá clicar na imagem da capa de uma reclamação trabalhista, que abrirá em uma nova janela para permitir uma análise detalhada. Nesse momento, os alunos devem identificar o órgão responsável, a data e os envolvidos no documento. Esta atividade introdutória tem como objetivo familiarizar os alunos com a análise de fontes históricas, promovendo uma abordagem inicial que os encoraje a formular perguntas e esclarecer dúvidas. Durante essa última etapa da aula, o professor deverá manter um acompanhamento contínuo, observando as primeiras impressões dos alunos e oferecendo suporte pedagógico para garantir que todos avancem de maneira segura e confiante nas atividades propostas.

Na segunda aula, o professor iniciará as atividades conduzindo os estudantes à sala de informática ou, alternativamente, autorizando o uso de dispositivos móveis pessoais em sala de aula para acessar a plataforma online. Os alunos deverão ser organizados em três grupos, com a orientação de garantir que cada integrante tenha acesso individual a um computador ou celular, conforme a estrutura disponível em cada instituição escolar.

Cada estudante será orientado a acessar a aba “Grupos” no site. Após localizar o material correspondente ao grupo, deverá clicar no botão “Partiu”, o que permitirá acesso à página destinada ao grupo. Essa página reúne um texto didático que sintetiza o processo trabalhista desde o início até a conclusão, além de trechos selecionados do processo discutido na aula anterior. Na parte inferior da página, serão apresentadas perguntas que orientam a análise e reflexão sobre o material. O professor deverá instruir os alunos a realizarem uma leitura individual e atenta do conteúdo, com foco nas narrativas dos trabalhadores, especialmente nas reclamações e nos argumentos apresentados ao órgão trabalhista. Nesse momento, é fundamental que o professor acompanhe de perto o progresso dos estudantes, oferecendo orientações, respondendo dúvidas e estimulando questionamentos, sobretudo sobre vocabulário e conceitos que possam ser desconhecidos. Cabe destacar que, dado o caráter histórico do material, muitos dos termos refletem a linguagem da década de 1930, o que exige atenção para promover a compreensão adequada.

Após a leitura individual, os alunos se reunirão em seus respectivos grupos, posicionando-se próximos a um computador ou utilizando o celular. Nessa etapa, o foco será a análise coletiva e a discussão do material disponibilizado. Os grupos deverão identificar as queixas dos trabalhadores, compreender o contexto das demissões e interpretar as respostas fornecidas pelo órgão responsável. O professor desempenhará um papel ativo, circulando entre os grupos para observar as discussões, oferecer suporte e incentivar reflexões sobre como os documentos analisados tratam das condições sociais e trabalhistas da época.

Finalizada a análise, cada grupo responderá às perguntas propostas no material. Essas questões têm o propósito de estimular reflexões sobre a utilização das estruturas do Estado pelos trabalhadores para reivindicar seus direitos, destacando sua atuação como agentes de resistência e transformação social, em oposição a uma visão passiva. O professor deverá enfatizar a importância de interpretar os documentos como construções históricas atravessadas pelos interesses, perspectivas e acontecimentos de sua época. Assim, os estudantes são incentivados a adotar uma postura crítica, questionando as narrativas apresentadas e considerando as intenções e circunstâncias subjacentes aos documentos. Na sequência, cada grupo compartilhará suas principais descobertas e reflexões com a turma. O professor atuará como mediador, promovendo um debate entre os alunos, incentivando a troca de ideias e guiando a construção coletiva de conclusões sobre a realidade dos trabalhadores no contexto da Era Vargas. Além disso, será estimulada uma comparação entre as condições de

trabalho daquele período e as atuais, explorando a evolução dos direitos trabalhistas e as permanências que ainda se fazem presentes.

Para encerrar a aula, o professor poderá realizar uma síntese das aprendizagens, destacando a relevância da análise crítica de fontes históricas para a compreensão do presente e para a construção dos projetos de vida dos estudantes. A ideia central é reforçar que o conhecimento histórico é indispensável na formação de cidadãos conscientes e engajados, demonstrando que a história não se limita a uma sequência de eventos passados, mas se configura como uma narrativa de um processo vivo e multifacetado, com profundas implicações no presente.

Desse modo, os discentes podem ser avaliados com base na participação ativa durante a aula, considerando sua dedicação nas leituras coletivas e individuais, o engajamento nos debates em grupo e através das respostas apresentadas nas questões. Esse processo avaliativo permitirá ao professor observar o desenvolvimento das habilidades de análise crítica, interpretação histórica e argumentação dos alunos, fundamentais para sua formação.

Com o objetivo de apoiar o professor no desenvolvimento da prática pedagógica mais aprofundada e embasada teoricamente, reunimos alguns materiais que incluem textos, livros, artigos acadêmicos, sites, revistas, produções audiovisuais e recursos didáticos disponíveis na internet. Os materiais selecionados contemplam diferentes perspectivas e abordagens, ampliando as possibilidades de reflexão e aplicação prática no contexto escolar. Abaixo, segue uma lista com as referências:

- **Material sobre “Primeira República no Brasil”:**

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003, p. 161- 189.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- **Material sobre “Era Vargas e os trabalhadores”:**

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. LABOR! Memória viva do TST: História de um acidente de trabalho. Informativo do Núcleo de Memória e Pesquisa da Coordenadoria de Gestão Documental, Ano II, n. 3, junho de 2011.

CANAL GNT. O Brasil já chegou perto do Comunismo? | Manuela d'Ávila | Mude Minha Ideia | Quebrando o Tabu. YouTube, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XIsnhC1HIWo>.

D'ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e direitos sociais”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, Patrícia Camilla Souza de. Processos trabalhistas, memórias e história: preservação e utilização de documentos da Justiça do Trabalho no ensino de História. Revista Espacialidades, UFRN, Rio Grande do Norte, p. 244 - 266, 2022.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). Prisma Jurídico, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2008.

- **Material sobre “ensino de História e o uso de fontes”:**

BITTENCOURT, Circe Maria F. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127–149, 2018.

COELHO, George Leonardo Seabra; MARTINS DA SILVA, Luiz Silva Gustavo; SENIUK, Talita; FRANCISCO DA SILVA, Thálita Maria. Entre o esperado e o real: tecnologias digitais, ensino e manuais didáticos de História. Revista História Hoje, v. 11, n. 23, p. 103-107, jul.-dez. 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

- **Material sobre “leitura crítica e reflexiva”:**

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Tradução: Cláudia Schilling. 6ª ed., Porto Alegre: Penso, 2014.

3. MEMORIAL

O site educativo foi produzido a partir das reflexões desenvolvidas durante minha participação no Subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual atuei em uma escola pública do Distrito Federal entre 2022 e 2024, mas também a partir de minha experiência como estagiário na Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do Tribunal Superior do Trabalho (CGEDM/TST) em Brasília, entre 2021 e 2023. Ambas as vivências foram fundamentais para a consolidação de uma perspectiva crítica sobre o ensino de História e o uso de fontes documentais como recursos pedagógicos.

No contexto do PIBID, tive a oportunidade de aliar teoria e prática, ampliando minha compreensão sobre os desafios do processo de ensino-aprendizagem da História. A interação direta com professores e estudantes me permitiu identificar dificuldades significativas enfrentadas no ambiente escolar, especialmente no período pós-pandemia de COVID-19, que intensificou o déficit educacional, especialmente na rede pública. Um dos problemas mais evidentes foi o déficit no letramento básico – leitura e escrita – que não apenas compromete o aprendizado em História, mas também dificulta a formação crítica dos estudantes. Essa constatação reforçou a necessidade de repensar as estratégias pedagógicas em busca de um ensino que atenda às reais necessidades dos alunos.

Minha atuação na CGEDM/TST trouxe contribuições relevantes para minha formação enquanto historiador ao proporcionar experiências práticas em espaços de memória e arquivos históricos. Trabalhar com a mediação de visitas ao centro de memória, organizar arquivos e realizar pesquisas com base em acervos históricos pude refletir sobre a necessidade de tornar esses materiais mais acessíveis ao público, especialmente para estudantes e professores que têm pouco contato com essas fontes.

Ter tido a oportunidade de conhecer o acervo do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília foi fundamental para selecionar os processos trabalhistas do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) que compuseram este material didático. A escolha baseou-se no bom estado de conservação e pela digitalização dos documentos, aspectos que garantem acessibilidade tanto para os estudantes quanto para os professores, seja no formato analógico ou digital. A facilidade de acesso é um dos elementos centrais durante o processo de

elaboração de recursos pedagógicos, pois o material precisa ser não apenas identificável e compreensível, mas também intuitivo no uso por parte dos estudantes.

Os processos trabalhistas selecionados trazem relatos que, em sua maioria, foram escritos pelos próprios trabalhadores da época. Essas fontes históricas são registros que reverberam as vozes daqueles que resistiram à opressão e às condições adversas impostas pelo período da Era Vargas. Tais documentos desafiam a ideia de que a classe trabalhadora desse período atuava apenas como espectadora passiva, ao demonstrar como, dentro de suas possibilidades, esses indivíduos buscavam resistir, negociar e reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Além disso, esses arquivos são uma oportunidade para evidenciar a pluralidade da história, que não pode ser limitada a figuras proeminentes e narrativas heroicas, mas deve incluir os relatos dos analfabetos, pobres, pretos, mulheres e trabalhadores. Esse reconhecimento é essencial para desmistificar estereótipos construídos pelas elites dominantes e para revelar que cada indivíduo carrega experiências únicas e complexas, moldadas pelas condições sociais de seu tempo.

A partir dos anos 1980, a produção historiográfica no Brasil passou a problematizar as ausências da narrativa tradicional, incorporando as trajetórias de sujeitos até então invisibilizados. Nesse processo, buscou-se corrigir preconceitos e silenciamentos, admitindo-se que a realidade histórica de uma nação é composta por diversos segmentos sociais e minorias étnico-culturais (ORIÁ, 2002, p. 136). Esse movimento foi fortemente influenciado pela escola dos Annales, que ampliou e transformou significativamente o conceito de fonte histórica com a revolução documental, mas também pelo período de redemocratização do país. Conforme aponta Michel Foucault (1987), os documentos passaram a ser vistos pelos historiadores como "monumentos", ou seja, registros que não são neutros, mas produtos de condições políticas e sociais específicas. Nesse contexto, acredito que o uso de reclamações trabalhistas registradas por trabalhadores na década de 1930, pertencentes ao acervo do Conselho Nacional do Trabalho, revela-se como uma estratégia para atender às novas demandas historiográficas que buscam recuperar e reverberar a voz daqueles que foram silenciados e invisibilizados pela narrativa oficial.

Como bem assinalam os historiadores Nilton Pereira e Fernando Seffner,

(...) o documento não é mais a encarnação da verdade, nem mesmo pode ser considerado simplesmente “verdadeiro” ou “falso”. O ofício do historiador deixa de ser o de cotejar o documento para verificar sua veracidade, e passa de ser o de marcar as condições políticas da sua produção. O

documento/monumento é um engenho político, é um instrumento do poder e, ao mesmo tempo, uma manifestação dele (2008, p. 115-116).

Dessa forma, os vestígios sobreviventes do passado são resultados de escolhas feitas por alguém ou por algo. Esse movimento de crítica ao documento permite que os historiadores tenham um olhar mais abrangente e aprofundado sobre as fontes históricas, demonstrando que não há neutralidade na produção do conhecimento histórico, ou seja, a história produzida pelos historiadores passa por um processo de seleção de fontes, métodos e teorias, estando intrinsecamente ligada às suas escolhas e realidade.

Nas aulas de história da educação básica tem se tornado cada vez mais comum o uso de fontes históricas como recursos pedagógicos, oferecendo aos alunos a oportunidade de contato com o material de produção do conhecimento histórico. Pereira e Seffner (2008) apontam para a importância de se reconhecer os avanços e os limites entre os trabalhos realizados pelo profissional na academia e pelo professor de História na educação básica. Contudo, isso não me impediu de pensar e propor alternativas pedagógicas que possibilitem o uso de fontes históricas no ensino e aprendizagem de história. Considero que ao invés de serem meras ilustrações ou reproduções fiéis do passado, as reclamações dos trabalhadores precisam ser analisadas de forma crítica, considerando suas especificidades e limitações do seu tempo/espço de produção.

Nesse sentido, Circe Bittencourt realiza uma reflexão importante sobre o uso de documentos históricos em sala de aula, ao dizer que

(...) os documentos tornam-se importantes como um investimento ao mesmo tempo afetivo e intelectual no processo de aprendizagem, mas seu uso será equivocado caso se pretenda que o aluno se transforme em um “pequeno historiador”, uma vez que, para os historiadores, os documentos têm outra finalidade, que não pode ser confundida com a situação de ensino de História (2005, p. 328).

Assim, trata-se de um instrumento pedagógico que visa tornar mais concreto o processo de ensino-aprendizagem, que visa permitir aos alunos compreender como o conhecimento histórico é construído e qual a sua importância para entender o mundo em que vivem. No entanto, é necessário que o professor tenha a habilidade de equilibrar o uso desse recurso, aproveitando as possibilidades oferecidas pelo campo acadêmico, mas reconhecendo não estar com “pequenos historiadores”, mas, sim, na busca de promover uma compreensão crítica e contextualizada da História. Assim, ao trabalhar com essas fontes, os alunos não apenas desenvolvem habilidades de análise crítica e pensamento histórico, mas também são incentivados a refletir sobre sua própria identidade e sua relação com o passado

(BITTENCOURT, 2005, p. 333). Portanto, o processo de ensino-aprendizagem precisa articular a relação entre o conhecimento prévio, científico e escolar, de modo a capacitar os alunos a se tornarem indivíduos conscientes e autônomos.

Durante o processo de seleção dos documentos do Conselho Nacional do Trabalho para serem utilizados nas aulas de história, foi fundamental selecionar adequadamente os tipos de fontes, adequando-os ao nível e às condições de escolarização dos alunos. Foi necessário investigar quando e por quem a fonte foi produzida, compreendendo como era utilizada e qual era sua função original. Esse conhecimento é essencial para entender o contexto da fonte. Além disso, foi realizada uma avaliação da qualidade das informações que a fonte podia oferecer. Um olhar crítico é imprescindível, pois as fontes estão carregadas de subjetividade e podem fornecer ou acrescentar novas perspectivas e informações (MONIOT *apud* BITTENCOURT, 2005, p. 328-329).

Considerando as novas orientações historiográficas e as recentes transformações pedagógicas que surgem no cenário educacional brasileiro, o ensino de História na educação básica está reformulando suas concepções e propostas para a sala de aula (MOLINA, 2020). Embora essas mudanças aconteçam gradualmente, são principalmente impulsionadas pela iniciativa de professores que promovem diversas experiências no ambiente escolar. Por meio de balanços apresentados por eventos da área de ensino, como o Encontro Nacional do Ensino de História, o GT de Ensino de História da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH) e o encontro Perspectivas do Ensino de História, é possível constatar mudanças significativas na disciplina de História (BITTENCOURT, 2018). Há uma ampliação considerável de pesquisas sobre o ensino de História e um esforço para incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira nos livros didáticos e aulas de História.

Buscando superar o uso meramente ilustrativo e comprobatório das fontes históricas, como fizeram por muito tempo os livros didáticos de História, as políticas curriculares recentes pautadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e na BNCC - (BRASIL, 2018), apontam para novas abordagens das fontes históricas em sala de aula. Essas propostas acompanham também certas mudanças de objetivos, conteúdos e práticas educacionais no sistema educacional brasileiro. Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir nesse movimento, enfatizando a importância de conectar o estudo de fontes históricas à construção do conhecimento e de estimular a capacidade crítica, destacando esses objetivos como centrais no processo educacional.

Flávia Eloisa Caimi (2008, p. 140-141) destacou que os PCNs implementaram orientações e métodos didáticos para os anos finais do ensino fundamental. Na área de História, enfatizou as novas abordagens metodológicas sobre o uso de documentos, rompendo com as noções tradicionais. Eles descrevem os documentos históricos como “as mais diversas obras humanas produzidas nos mais diferentes contextos sociais e com objetivos variados” (BRASIL, 1998, p. 83). Dessa forma, atribuem ao professor durante as situações de ensino e aprendizagem o papel de mediação. Com isso, ele saberá o momento adequado para trabalhar com os documentos e promover o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Desse modo, os PCNs apresentavam alguns critérios para o uso de fontes em sala de aula, quando diz que

(...) O documento não fala por si mesmo, isto é, ele precisa ser interrogado a partir do problema estudado, construído na relação presente-passado; para interrogar o documento é preciso fazer a escolha de um método, isto é, escolher procedimentos que orientem na observação, na identificação de ideias, temas e contextos, na descrição do que foi identificado, na distinção de relações de oposição, associação e identidade entre as informações levantadas e na interpretação dos dados, considerando a relação presente-passado; os métodos mais adequados são aqueles que possibilitam extrair dos documentos informações de suas formas (materiais, gráficas e discursivas) e de seus conteúdos (mensagens, sentidos e significados) e que permitam compreendê-los no contexto de sua produção (BRASIL, 1998, p. 86).

Os PCNs dos anos finais do ensino fundamental continham essa noção do uso de fontes históricas em sala de aula, incorporando as tendências da historiografia brasileira a partir dos anos 1980. Porém, mais recentemente a BNCC de História ampliou e aprofundou essa noção. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 400), uma das principais responsabilidades do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental é desenvolver nos estudantes a percepção da diversidade de sujeitos e histórias, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e influenciar o mundo em que vivem. Esse processo vai além da simples transmissão de conteúdos; ele busca fomentar nos alunos uma "atitude historiadora", que os capacita a entender a complexidade de seu contexto social e a agir de forma consciente e crítica. Segundo o documento, o ensino de História na educação básica deve se dar por três procedimentos básicos:

1. Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.
2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando

críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens.

3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias (BRASIL, 2017, p. 416).

Embora a BNCC represente um avanço significativo na definição das diretrizes para o ensino de História na educação básica, especialmente ao estabelecer um compromisso teórico com o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, existem críticas sobre a forma como essa intenção se traduz na prática. Segundo Maria Lima dos Santos (2022), a ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades, típica de uma abordagem mais técnica, pode reduzir o ensino de História a um treinamento focado em "como fazer", deixando de lado questões fundamentais como "por que" e "para que" se ensina. Isso significa que, ao invés de estimular reflexões mais profundas sobre a sociedade e a história, o ensino pode acabar se limitando a práticas que não incentivam uma compreensão ampla e crítica. Mesmo ao propor a "atitude historiadora", a BNCC apresenta esse conceito de maneira mais prática do que reflexiva, o que dificulta sua conexão com os fundamentos da História como ciência. Essa limitação pode enfraquecer a formação de estudantes como cidadãos críticos e conscientes, comprometendo o potencial do ensino de História de promover transformações sociais. Dessa forma, ao analisar documentos norteadores e comuns ao ensino básico, como os PCNS e a BNCC, percebe-se que é fundamental durante o processo de ensino-aprendizagem ir além de um mero cumprimento de exigências curriculares, atentando-se para as demandas de formação para a cidadania crítica.

Em complemento a essa análise, é preciso considerar como a BNCC tem abordado a temática “Mundo do Trabalho”, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em suas competências e habilidades, levantando a questão de se romper com visões limitadas, analisando as experiências históricas dos trabalhadores. Desse modo, busca contribuir na formação para a cidadania, pensando em nossos alunos como futuros trabalhadores conscientes e transformadores, cientes das experiências de luta e conquistas dos trabalhadores ao longo do tempo.

Segundo a historiadora Juliana Barros (2022), ainda prevalece uma visão tradicional e homogênea da História que ignora a pluralidade e a heterogeneidade das experiências dos trabalhadores ao longo da história. Observa-se, então, que o ensino de História do Trabalho foi moldado por uma perspectiva que tende mais à conformidade do que à transformação das condições de trabalho. Essa abordagem se caracteriza por uma generalização do trabalhador,

representado como formal, principalmente pelo operário urbano, e se restringe espacialmente ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo e temporalmente ao período republicano. Além disso, limita-se a contextos específicos, como momentos de crise política e econômica, reforçando uma normatividade sexual e de gênero que prioriza o trabalhador masculino, cis heterossexual, e negligencia a problematização da questão racial, adotando a branquitude como padrão. Embora esses temas estejam presentes nos currículos, suas reflexões e análises costumam ser limitadas, perpetuando uma visão estática e tradicional da História do Trabalho (BARROS, 2022, p. 11).

Nesse sentido, Juliana Barros realiza uma reflexão sobre a importância de ocorrer uma aproximação da História Social do Trabalho com o Ensino de História. Segundo a autora,

(...) reconhecer os sujeitos/trabalhadores e suas ações no processo histórico das relações de trabalho significa ir além de um “Mundo do Trabalho” e encontrar Mundos do Trabalho, no seu plural – e na sua heterogeneidade. Conhecer, portanto, não apenas a História do Trabalho, como também a História Social do Trabalho. O acréscimo de uma letra e de uma palavra significa mais que uma mudança gramatical, mas também prevê mudança nas formas de abordar, de ensinar e de dar significado para esses conhecimentos no dia-a-dia dos estudantes (BARROS, 2022, p. 55).

Assim, o nosso desafio foi repensar a abordagem da História do Trabalho no ensino de História, considerando como ela é inserida nas aulas e construída em consonância com a proposta da BNCC, buscando desconstruir a perspectiva tradicional que frequentemente retrata os trabalhadores como meros coadjuvantes ou conformados às estruturas sociais, econômicas e políticas impostas. Para isso, optamos por selecionar para a composição do site educativo um conjunto de fontes históricas documentais reveladoras do protagonismo dos trabalhadores, presente em uma série de reclamações trabalhistas do CNT que reverberam as vozes dos indivíduos marginalizados na História, como Maria Carolina Neiva Trigueiro, Orozimbo Antônio e Laura Reis Simões Lopes.

Esses casos não apenas revelam os desafios enfrentados por esses trabalhadores, mas também demonstram que eles eram agentes conscientes, que resistiam às desigualdades impostas pelo Estado e buscavam alternativas para transformar sua realidade trabalhística. Com a escolha destas fontes buscamos oferecer aos estudantes uma experiência de ensino dinâmica e plural que contemple a complexidade das realidades dos trabalhadores e promova reflexões críticas sobre as relações entre trabalho, poder e resistência durante a Era Vargas. Ao possibilitar essa análise, o material didático busca superar a narrativa que reduz a história

do trabalho à manipulação ou passividade do trabalhador, colocando em evidência o seu protagonismo na História.

Atualmente, diversos historiadores têm se dedicado a compreender os trabalhadores em seus próprios termos, investigando como “eles viam e viviam” seu mundo social e como respondiam a ele de maneira consciente (SILVA e COSTA *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 26). Em vez de se limitar a explicações simplistas que reduzem as experiências dos trabalhadores a narrativas de passividade ou incapacidade de ação, conforme aponta Oliveira (2012), as pesquisas relacionadas à história do trabalho vem adotando uma abordagem crítica e aprofundada, ao considerar os diferentes sujeitos e trabalhadores, buscando compreender as múltiplas temporalidades e espaços em que suas vidas se desenrolaram. Essa perspectiva analítica difere significativamente das teses e categorias tradicionalmente aceitas sobre o tema. Portanto, durante o processo de escrita do material didático tornou-se necessário estabelecer um diálogo profundo com a historiografia mais recente acerca das relações entre o Estado e a classe trabalhadora.

Diante disso, recorri aos estudos de Angela de Castro Gomes (2005), Jorge Ferreira (1997), Maria Celina D’Araujo (2003) e Dulce Pandolfi (2003) que enfatizam o papel ativo dos trabalhadores na interlocução com o Estado durante as décadas de 1930 e 1940. Ao invés de enquadrar as relações entre Estado e classe trabalhadora apenas em termos de repressão e manipulação, esses estudiosos destacam a importância de se reconhecer as associações, mobilizações, negociações e reivindicações, como um instrumento de diálogo, tenso e complexo, entre atores com diferentes recursos de poder, mas igualmente capazes de reinterpretar as propostas políticas uns dos outros.

Não se pretende minimizar ou desconsiderar a já amplamente estudada capacidade repressiva e persuasiva do projeto político estatal, nem ignorar a sofisticação das ideias formais e eruditas elaboradas pela elite intelectual que legitimou o poder na época de Vargas (OLIVEIRA, 2012, p. 25). Contudo, estudos recentes questionam a abordagem das relações entre Estado e trabalhadores exclusivamente a partir de paradigmas explicativos centrados na repressão e na manipulação. Como argumenta Jorge Ferreira,

Os trabalhadores não podem ser vistos apenas pela sua passividade ou incapacidade de refletir sobre sua própria realidade social, mas como personagens que viveram experiências políticas, econômicas e culturais; manifestaram atitudes e comportamentos; e construíram sua identidade política (1997, p. 16-17).

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, é possível identificar distintas conjunturas políticas e institucionais que moldaram as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras. Nesse período, a nova elite no poder implementou um processo de intervenção nas questões sociais vinda “de cima para baixo”, introduzindo diversas medidas trabalhistas e uma lei de sindicalização centralizadora e restritiva. Esse processo foi conduzido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio, criado em 1930 e popularmente conhecido como o “Ministério da Revolução”, que adotou uma abordagem que combinava negociação, persuasão e repressão em relação aos diferentes setores do movimento operário. Interpretações como essa, que buscam explicar a política brasileira no período pós-Revolução de 1930, frequentemente se fundamentam na noção de populismo, uma teoria que, embora amplamente aceita por diversos estudiosos, negligência e despreza a voz e as ações concretas dos trabalhadores em sua trajetória de lutas por direitos (OLIVEIRA, 2012, p. 22).

As análises produzidas por especialistas que adotaram a teoria do populismo como uma verdade absoluta simplificaram as relações entre o Estado e os trabalhadores no Brasil entre 1930 e 1945, reduzindo-as a propaganda política, passividade operária e repressão policial. Segundo essa visão, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder resultou na adesão passiva dos trabalhadores a um pacto social que trocava benefícios trabalhistas por obediência política. No entanto, as pesquisas em fontes primárias (atas, documentos, jornais e processos judiciais da época) oferecem uma oportunidade para se examinar a complexidade dessas relações e proporciona uma visão mais detalhada e esclarecedora, evidenciando o papel ativo dos trabalhadores nas negociações, estratégias e resistências contra a política do Estado.

A historiadora Angela de Castro Gomes (2005, p. 24-25) argumenta que a relação entre o Estado e os trabalhadores nas décadas de 1930 e 1940 não se limita a uma simples troca de benefícios por lealdade. Ela afirma que o discurso trabalhista do governo nesse período foi construído a partir da apropriação dos discursos operários desenvolvidos ao longo da Primeira República. Assim, o trabalhismo se utilizou da experiência de luta dos trabalhadores para formar uma identidade coletiva e reforçar sua legitimidade, oferecendo benefícios materiais através de legislações sociais. Além disso, adotou uma narrativa simbólica ao apresentar esses benefícios como generosas concessões do Estado, ao invés de reconhecer os esforços dos trabalhadores que haviam lutado por esses direitos. Deste modo, concluiu a autora:

O processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura política do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o *status* de ator político relevante. Tal processo, portanto, tornou o Estado o mediador por excelência de todos os interesses

corporativamente organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos (GOMES, 2005, p. 301).

A partir dos avanços na historiografia, a classe trabalhadora passou a ser reconhecida como um ator político significativo e relevante, distanciando-se de uma posição política passiva. Os novos estudos ofereceram uma compreensão mais profunda e multifacetada das experiências e práticas dos trabalhadores ao longo do tempo, examinando as dinâmicas sociais e a luta de classes de maneira mais contextualizada. A partir dessa perspectiva renovada, o material didático produzido busca explorar a diversidade das experiências dos trabalhadores, mostrando como a participação dos trabalhadores na política e na sociedade foi mais complexa e dinâmica do que anteriormente reconhecida.

Nesse sentido, o material didático elaborado propõe-se a ser um espaço de visibilidade e voz para os trabalhadores, evidenciando como resistiram à dominação estatal por meio das estruturas do próprio Estado, ao apresentarem suas ideias e reclamações sobre as condições de trabalho. O estudo das reclamações trabalhistas do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) permite compreender como os trabalhadores buscaram melhores condições laborais, utilizando estratégias que desafiavam a lógica autoritária vigente. Paralelamente, este material busca não apenas fomentar uma análise crítica dos alunos sobre as condições de trabalho e as lutas dos trabalhadores na Era Vargas, mas também enfrentar o déficit de letramento básico identificado em sala de aula. A proposta é estimular uma leitura ativa e crítica das fontes históricas documentais, evitando que os estudantes permaneçam como meros reprodutores de informações, mas que desenvolvam capacidades de leitura e interpretação crítica que serão utilizadas ao longo de suas vidas.

Essa preocupação é especialmente relevante diante dos desafios educacionais atuais. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2024, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio apresentam retrocessos significativos nos indicadores de aprendizagem em relação aos níveis observados antes da pandemia. Com base na experiência adquirida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), foi possível observar que a ausência de habilidades básicas de leitura e escrita comprometem não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também as oportunidades futuras dos estudantes no mercado de trabalho, no acesso ao ensino superior e em outras situações da vida cotidiana. Assim, o material didático almeja contribuir não apenas para o desenvolvimento de competências específicas em História, mas também para a formação de indivíduos críticos, preparados para compreender o passado e atuar no presente de maneira consciente e cidadã.

Assim, ao planejar este material didático digital, baseei-me na obra da autora Isabel Solé (2014), que destaca a importância do desenvolvimento da capacidade de leitura dos alunos, possibilitando a formação de sujeitos ativos, capazes de atribuir sentido às informações e superar desafios ao longo da vida. Como bem afirma Isabel Solé,

Ler é compreender e compreender é sobretudo um processo de construção de significados sobre o texto que pretendemos compreender. É um processo que envolve ativamente o leitor, à medida que a compreensão que realiza não deriva da recitação do conteúdo em questão (2014).

É importante considerar que o letramento não está voltado somente para o desenvolvimento das capacidades de escrita e leitura, mas deve assegurar que através de oportunidades eficazes de leitura e escrita seja possível ao estudante superar a mera reprodução de conteúdos de um texto, não só decifrando as palavras, mas sendo capaz de compreender e debater o conteúdo lido. Nessa perspectiva, Solé (2014) fornece orientações e percepções sobre como os professores podem ajudar os alunos a desenvolver essas habilidades de leitura crítica e competentes, levando em consideração a bagagem de cada discente (cultural, histórica e social), por exemplo, ao verificar se o texto a ser trabalhado irá possibilitar um diálogo com a realidade dos alunos. Ainda segundo a autora, a leitura deve ser um processo interativo, em que o leitor/aluno desempenha um papel ativo na construção de significados, desenvolvendo competências e habilidades que permitam uma melhor reflexão e análise daquilo que se lê. Para isso, propõe utilizar diferentes estratégias de leitura e fomentar um ambiente escolar propício à leitura.

Por isso, busquei aproximar essa leitura crítica, que possibilita ao aluno questionar, problematizar, criticar e ressignificar o que foi lido, ao processo de ensino-aprendizagem de História visando o desenvolvimento e a formação de leitores críticos e ativos. Nesse contexto, a leitura nas aulas de História deve ir além dos métodos tradicionais que focam apenas em uma história factual, ou seja, na memorização de fatos, datas e figuras importantes que geralmente aparecem nos textos didáticos ou fontes históricas. Ao invés disso, os estudantes serão estimulados a desenvolver sua capacidade de leitura para entender, analisar e interpretar as narrativas históricas, ou seja, eles terão a possibilidade de pensar historicamente, questionar as fontes, identificar diferentes perspectivas e interpretações sobre o passado e relacionar questões do passado com as do tempo presente.

A produção deste site educativo representou um marco significativo no meu processo de formação como docente de História, proporcionando não apenas o desenvolvimento de habilidades relacionadas à criação de conteúdos educativos digitais, mas também uma

reflexão crítica sobre o ensino de História e suas práticas pedagógicas. Durante a elaboração, enfrentei desafios que me levaram a repensar a abordagem dos conteúdos, buscando construir um material que fosse acessível, crítico e relevante para os estudantes, especialmente no contexto de uma educação que muitas vezes negligencia as vozes dos trabalhadores e as realidades históricas que marcaram a formação da sociedade brasileira.

O desenvolvimento desse material me permitiu explorar práticas pedagógicas de ensino de História mais ativas, sintonizadas com as novas tecnologias digitais e capazes de estimular o pensamento histórico e crítico dos alunos. Além disso, a produção desse material didático reforçou minha compreensão sobre a necessidade de considerar a diversidade dos contextos escolares e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como o déficit de letramento que impacta diretamente na sua capacidade de leitura e análise de textos e fontes históricas. Assim, a elaboração deste site foi não apenas um exercício de produção acadêmica, mas também um aprendizado para a docência, adquirido na pesquisa e planejamento deste material didático que surge como uma proposta para a melhoria das aprendizagens da História do Trabalho no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Juliana da Silva. Construindo pontes: o ensino da história social do trabalho entre a academia e a escola. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2022.

BIAVASCHI, Magda Barros. Direito e justiça do trabalho no Brasil: notas sobre uma trajetória com bem mais de 70 anos. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 77, n. 2, p. 83-102, abr./jun. 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *O saber histórico na sala de aula*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 11.646/33. Rio de Janeiro, RJ: 1933.

_____. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 4.519/35. Rio de Janeiro, RJ: 1935.

_____. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 9.510/36. Rio de Janeiro, RJ: 1936.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 108 p.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p.129-150, dez. 2008.

CAMPANA, Priscila; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. A falácia do discurso da doação das leis trabalhistas: recuperando outras memórias históricas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 46, n. 181, p. 53-63, jan./mar. 2009.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”: fontes históricas na construção do conhecimento. *Revista História Hoje*, v.6, nº 12, p. 35-54, 2017.

CASTANHO, Gabriela de Carvalho; SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Apresentação do dossiê propostas e desafios nos usos de documentos históricos em sala de aula. *Revista História Hoje*, v. 6, nº 12, p. 3-9, 2017.

COELHO, George Leonardo Seabra; MARTINS DA SILVA, Luiz Silva Gustavo; SENIUK, Talita; FRANCISCO DA SILVA, Thálita Maria. Entre o esperado e o real: tecnologias digitais, ensino e manuais didáticos de História. *Revista História Hoje*, v. 11, n. 23, p. 103-107, jul.-dez. 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e direitos sociais”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

DABAT, CR. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, TB., org. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 359-400.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Erik Chiconelli. A atuação do Conselho Nacional do Trabalho na agenda política para os direitos sociais no Brasil (1925 a 1946). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LUZ, Alex Faverzani da; SANTIN, Janaína Rigo. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. *História* (São Paulo), v. 29, n. 2, p. 268–278, dez. 2010.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Anatomia de uma injustiça secular: O Estado Novo e a regulação do serviço doméstico no Brasil. *Varia Historia*, v. 36, n. 70, p. 183–216, jan. 2020.

MOLINA, Daniela. As discussões em torno do ensino e a aprendizagem da História: percursos e horizontes. *XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR*, Simpósio Temático, 2020.

MORAES, Patrícia Camilla Souza de. Processos trabalhistas, memória e história: preservação e utilização de documentos da Justiça do Trabalho no ensino de história. *Revista Espacialidades*, v. 18, n. 1, p. 246–266, 2022.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217–240, jun. 2006.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. Crise social e lutas por direitos no início dos anos 1930: Os trabalhadores diante do Governo Provisório. *Revista Libertas*, UFJF, v. 12 n. 2, P. 20-43, 2012.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In. BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 143–154, 2010.

PANDOLFI, Dulce. “Os anos 30: as incertezas do regime”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p.113-128, dez. 2008.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2008.

ROMITA, Arion Sayão. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Brasil. 1999

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. Ensinar História na Base Nacional Comum de Formação de Professores: a atitude historiadora convertendo-se em competências. *Educar em Revista*, v. 37, p. e77129, 2021.

_____. O ensino de História em perspectiva neotecnicista: sentidos de atitude historiadora nas políticas curriculares hodiernas. In: PINTO JUNIOR, Arnaldo; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da (org.). *A BNCC de história: entre prescrições e práticas*. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2022.

SCHNEIDER, S. W. C.; LEON, A. D. A utilização das Tic's no Ensino de História. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, n. 4, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, Editora Contexto, 2009.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Tradução: Cláudia Schilling. 6ª ed., Porto Alegre: Penso, 2014.

SOUZA, Samuel Fernando de. Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, **Arlen Luan Nascimento da Silva**, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **‘Resistência dos trabalhadores na Era Vargas (1930-1945): Uma proposta de site educativo para o ensino de História’** foi integralmente por mim redigido e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico”.

Arlen Luan Nascimento da Silva

Nome do estudante